



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**MARIANNE CORRÊA DOS SANTOS**

**GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO DE MEIOS DE**  
**HOSPEDAGEM EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2018**

MARIANNE CORRÊA DOS SANTOS

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO DE MEIOS DE  
HOSPEDAGEM EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de concentração: Gestão, Organizações e Ambientes.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Roberto Pinto

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Santos, Marianne Corrêa.

Gestão da Sustentabilidade: uma avaliação de meios de hospedagem em unidades de conservação [recurso eletrônico] / Marianne Corrêa Santos. - 2018.

1 CD-ROM: il.; 4 N pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 75 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Administração, Fortaleza, 2018.

Área de concentração: Gestão, Organizações e Ambientes.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Roberto Pinto.

1. Gestão da Sustentabilidade. 2. Meios de Hospedagem. 3. Práticas Sustentáveis. 4. Unidade de Conservação. I. Título.

MARIANNE CORRÊA DOS SANTOS

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO DE MEIOS DE  
HOSPEDAGEM EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de concentração: Gestão, Organizações e Ambientes.

Aprovada em: 01 março de 2018

BANCA EXAMINADORA

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Francisco Roberto Pinto – PPGA-UECE  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Hermanno José Batista de Carvalho – PPGA-UECE  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Lutero Carmo de Lima – MACFA-UECE  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que com a sua graça e vontade, permitiu-me conquistas pessoais e profissionais, iluminando-me quando fraquejei, e me dando serenidade e sabedoria sempre que precisei.

À minha família, razão de tudo. A meus pais Rosany e Lívio (pela minha existência e amor incondicional); meu namorado Elanno Pádua (pelo carinho, companheirismo, chatice de vez em quando, apoio e o entendimento de abrir mão do convívio em alguns momentos); meus irmãos grandes (por sempre confiarem em mim e acreditarem no meu potencial), meus irmãos pequenos (que o estudo sirva de estímulo para eles) e em especial ao Lívio Sávio e a Enza (pelo apoio nas estadias em Fortaleza).

Aos meus amigos Patrícia e Ítalo, minha gratidão pela resiliência nas madrugadas de estudo e pelos momentos felizes e tensos compartilhados na construção de conhecimento no Mestrado.

Ao meu orientador, Professor Doutor Francisco Roberto Pinto, pela amizade, paciência e competência com que me acompanhou, já que virei sua orientada com o barco andando.

Aos funcionários da UECE, seu Fernando pelos cafezinhos e conversas alegres e a Alessandra pela paciência em sempre me atender.

À Universidade Estadual do Ceará, instituição à qual me orgulho em pertencer.

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa concedida para a construção deste estudo.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Hermano José Batista de Carvalho e Prof. Dr. Lutero Carmo de Lima que, com suas observações, críticas e questionamentos, muito contribuíram para o engrandecimento desse trabalho.

Aos meus amigos, Kricia, Ítalo e Sérgio, que sempre estiveram presentes com uma palavra de conforto, carinho e apoio.

Aos amigos que conquistei ao longo do mestrado, todos, mesmo os que ficaram pelo caminho, pelos momentos compartilhados, de angústias e alívios, de pressão e de relaxamento, de concordâncias e de discordâncias, mas sempre de crescimento e amadurecimento.

A todos que de alguma forma, me ajudaram nesta jornada. Meu muito obrigada!

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças à Deus, não sou o que era antes”.

(Martin Luther King)

## RESUMO

A mobilização por um desenvolvimento sustentável trouxe uma grande demanda social e política para a institucionalização da solução dos problemas ambientais nas sociedades modernas (OLIVEIRA, 2008). Dentro desse cenário, observa-se que o desenvolvimento dessa nova consciência voltada para as questões socioambientais, percebida nas diferentes camadas e setores da sociedade, acaba por envolver também o setor dos meios de hospedagem, pois este devem ter sua parcela de responsabilidade em fazer da sustentabilidade uma parte integrante de suas metas, visto que depende da qualidade do meio ambiente para o seu crescimento (FERREIRA, 1999). Frente a esse desafio, o setor de meios de hospedagem passou a adotar diversas práticas de gestão ambiental como mecanismo para alcançar o turismo sustentável, desta forma este trabalho busca identificar se os meios de hospedagem de Barra Grande e Jericoacoara, tem adotado práticas de sustentabilidade sob a ótica das quatro dimensões de Werbach (2010), uma vez que estão inseridos em unidades de conservação. A metodologia utilizada é qualitativa, do tipo exploratório-descritivo. A estratégia da pesquisa é amostragem por casos múltiplos, visto que o local de estudo são os meios de hospedagem de Barra Grande e Jericoacoara e os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo de Bardin. Atualmente o maior desafio nas áreas protegidas, como as unidades de conservação objetos deste estudo é a gestão desses espaços de uso compartilhado, sendo visível a conscientização que os gestores têm sobre a necessidade de implantar procedimentos de gestão ambiental, o que de certa forma contribui para uma forma pontual nas ações desenvolvidas nesses meios de hospedagem.

**Palavras-chave:** Gestão da Sustentabilidade. Meios de Hospedagem. Práticas Sustentáveis. Unidade de Conservação.

## ABSTRACT

The mobilization for sustainable development has brought a great social and political demand for the institutionalization of the solution of environmental problems in modern societies (OLIVEIRA, 2008). Within this scenario, it is observed that the development of this new awareness focused on social and environmental issues, perceived in the different layers and sectors of society, also involves the sector of the means of lodging, since this must have its share of responsibility in making the sustainability as an integral part of its goals, since it depends on the quality of the environment for its growth (FERREIRA, 1999). In the face of this challenge, the lodging sector started adopting various environmental management practices as a mechanism to achieve sustainable tourism. In this way, this work seeks to identify if the lodging facilities of Barra Grande and Jericoacoara have adopted sustainability practices under the optics of the four dimensions of Werbach (2010), since they are inserted in units of conservation. The methodology used is qualitative, exploratory-descriptive type. The research strategy is sampling by multiple cases, since the study site is the means of lodging of Barra Grande and Jericoacoara and the data were analysed by the technique of content analysis of Bardin. At present, the greatest challenge in protected areas, such as the conservation units object of this study is the management of these spaces of shared use, showing the awareness that managers have about the need to implement environmental management procedures, which in a way contributes to a punctual form in the actions developed in these means of lodging.

**Keywords:** Sustainability Management. Means of Lodging. Sustainable Practices. Conservation Unit.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 –</b>	<b>Categorização das Unidades de conservação, segundo o SNUC.....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 2 –</b>	<b>Especificidades das Unidades de Conservação do estudo.....</b>	<b>25</b>
<b>Figura 3 –</b>	<b>Área de Proteção do Delta do Parnaíba (Piauí).....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 4 –</b>	<b>Vista das dunas, Mangues e Igarapés do Delta do Parnaíba.....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 5 –</b>	<b>Parque Nacional de Jericoacoara (Ceará).....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 6 –</b>	<b>Pedra Furada, PARNA de Jericoacoara.....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 7 –</b>	<b>Esquema metodológico da pesquisa.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 8 –</b>	<b>Categorias e Temas da Análise de Bardin.....</b>	<b>45</b>
<b>Figura 9 –</b>	<b>Categoria Econômica.....</b>	<b>46</b>
<b>Figura 10 –</b>	<b>Categoria Social.....</b>	<b>48</b>
<b>Figura 11 –</b>	<b>Categoria Ambiental.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 12 –</b>	<b>Categoria Cultural.....</b>	<b>55</b>
<b>Quadro 1 –</b>	<b>Análise de Conteúdo com Categorias e Subcategorias.....</b>	<b>41</b>
<b>Quadro 2 –</b>	<b>Sistema de Identificação dos Meios de Hospedagem Pesquisados.....</b>	<b>42</b>
<b>Tabela 1 –</b>	<b>Caracterização dos Meios de Hospedagem Pesquisados.....</b>	<b>43</b>
<b>Tabela 2 –</b>	<b>Sistema de Classificação de Empresas pelo Número de Empregados.....</b>	<b>44</b>
<b>Tabela 3 –</b>	<b>Perfil do Entrevistados nos Meios de Hospedagem.....</b>	<b>44</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	Área de Proteção Ambiental
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CMMAD	Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONPARNA	Conselho do Parque Nacional
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IES	<i>International Ecotourism Society</i>
OECD	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA/PN	Parque Nacional
SBCMh	Sistema Brasileiro de Classificação em Meios de Hospedagem
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UCPI	Unidades de Conservação de Proteção Integral
UCUS	Unidades de Conservação de Uso Sustentável
WTO	<i>World Tourism Organization</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1	A QUESTÃO AMBIENTAL E AS EMPRESAS .....	15
2.1.1	<b>Do Desenvolvimento Econômico até o Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>15</b>
2.1.2	<b>Dimensões da Sustentabilidade .....</b>	<b>17</b>
2.2	GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESARIAL... 18	
2.2.1	<b>Gestão Ambiental e o Novo Paradigma .....</b>	<b>18</b>
2.2.2	<b>Gestão Ambiental e seus Benefícios .....</b>	<b>20</b>
2.2.3	<b>A Empresa e a Responsabilidade Socioambiental .....</b>	<b>22</b>
2.3	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO NO BRASIL .....	23
2.3.1	<b>Caracterização geral das Unidades de Conservação .....</b>	<b>23</b>
2.3.2	<b>APA do Delta do Parnaíba.....</b>	<b>26</b>
2.3.3	<b>PN de Jericoacoara .....</b>	<b>28</b>
2.3.4	<b>Ecoturismo e Turismo Sustentável.....</b>	<b>30</b>
2.3.5	<b>Turismo em Áreas de Preservação.....</b>	<b>31</b>
2.4	OS MEIOS DE HOSPEDAGEM E AS QUESTÕES AMBIENTAIS .....	32
2.4.1	<b>Conceito e Definições de Meios de Hospedagem.....</b>	<b>32</b>
2.4.2	<b>Práticas Sustentáveis nos Meios de Hospedagem .....</b>	<b>34</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>37</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>42</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM E DOS ENTREVISTADOS PESQUISADOS.....	43
4.2	DIMENSÕES E PRÁTICAS DA SUSTENTABILIDADE.....	45
4.2.1	<b>Categoria Econômica.....</b>	<b>46</b>
4.2.2	<b>Categoria Social .....</b>	<b>48</b>
4.2.3	<b>Categoria Ambiental .....</b>	<b>51</b>

<b>4.2.4</b>	<b>Categoria Cultural.....</b>	<b>55</b>
4.3	COMPARAÇÃO DOS LOCAIS ESTUDADOS .....	58
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>71</b>
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA .....	73
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	75
	APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	76

## 1 INTRODUÇÃO

A rápida expansão econômica e o advento de tecnologias limpas demonstraram diferentes formas de articulação entre o desenvolvimento e os recursos da biodiversidade (BARCELLOS, 2009). O desenvolvimento econômico evidenciou não só o crescimento populacional e a multiplicidade de atividades humanas, como impulsionou uma integração ao comércio internacional que resultou em distorções quanto ao uso, apropriação e conservação dos recursos naturais (MARANGON *et al.*, 2004). A repercussão dessas distorções no mundo acentuou a preocupação quanto ao modo como as nações irão progredir, indicando a necessidade de um novo padrão de aperfeiçoamento que direciona um crescimento econômico alicerçado numa base social e ambiental, alinhado à preservação dos recursos naturais (KUSHWAHA; SHARMA, 2015).

Dessa forma, no início da década de 1990, convencionou-se o uso do termo desenvolvimento sustentável, que segundo o Relatório de Brundtland de 1987 visa atender às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (BELLEN, 2004). Essa mobilização por um desenvolvimento sustentável trouxe uma grande demanda social e política para a institucionalização da solução dos problemas ambientais nas sociedades modernas (OLIVEIRA, 2008).

Com isso, nos últimos anos, o Estado passou a criar leis ambientais atendendo a legislação mundial e as empresas passaram a ser atores importantes na utilização dos recursos naturais comuns (DIAS, 2011), buscando investir cada vez mais em programas que reduzam os danos de sua atividade sobre a natureza, incorporando ações de responsabilidade social e ambiental (CORRÊA, 2009), objetivando sensibilizar a sociedade civil e os empresários da necessidade de minimizarem os impactos socioambientais e da oportunidade de investir em alternativas de produção mais limpa e eficiente (FELIX; SANTOS, 2013).

Assim, dentre as atividades econômicas que mais crescem atualmente, o turismo destaca-se, pois segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) até 2020, mais de 1,6 bilhão de pessoas viajarão pelo mundo a cada ano, entretanto só no ano de 2016, 1,2 bilhão de turistas já atingiram esse quantitativo. Destes, as regiões Central e Sul das Américas contribuíram fortemente para o aumento de 4% na chegada de turistas internacionais ao continente e somaram 201 milhões de viajantes (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017).

Como esse crescimento do turismo faz-se necessário analisá-lo em toda a sua enorme complexidade de efeitos positivos e negativos, que segundo Peres e Rezende (2011), caso não haja planejamento e operacionalização alinhando ao desenvolvimento sustentável, o

potencial de agressão pode ter um efeito grandioso, seja nos recursos naturais ou nos aspectos socioculturais e econômicos das regiões receptoras.

Dentro desse cenário, observa-se que o desenvolvimento dessa nova consciência voltada para as questões socioambientais, percebida nas diferentes camadas e setores da sociedade, acaba por envolver também o setor dos meios de hospedagem, pois este deve ter sua parcela de responsabilidade em fazer da sustentabilidade uma parte integrante de suas metas, visto que depende da qualidade do meio ambiente para o seu crescimento (FERREIRA, 1999).

Frente a esse desafio, o setor hoteleiro passou a adotar diversas práticas de gestão ambiental como mecanismo para alcançar o turismo sustentável, buscando fugir do ambiente inóspito, que é quando o entorno natural do empreendimento passa a ser degradado pelo turismo de massa (PHILLIPI, 2010). Dessa forma, procura-se adotar tecnologias alternativas buscando mitigar os impactos ambientais de suas atividades, como, também, se lançarem em busca da sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural.

Nesse contexto, apesar do crescente número de estudos acerca de gestão socioambiental (SEIFFERT, 2014; TACHIZAWA, 2004), da análise de diversos autores sobre o papel dos hotéis segundo a visão dos clientes no desenvolvimento e realização de práticas sustentáveis (SOUZA *et al*, 2016; SOUZA; SOBRAL; MELO, 2015), bem como da existência de estudos a respeito de iniciativas em hotéis dentro do espectro de pesquisas sobre sustentabilidade (SOUZA; MELO; SOBRAL, 2015; FELIX; SANTOS, 2013; JUNIOR; REZENDE, 2011; SANTOS; SOUZA; BARBOSA, 2005), observa-se que, em sua maioria, as pesquisas estão centradas particularmente na mensuração das práticas ambientais (SHANTI, 2016; ERDOGAN; BARIS, 2007; MENSAH, 2006; THONGKAO, 2002).

Portanto, o atual cenário evidencia uma carência significativa de trabalhos analíticos no Brasil que considerem as práticas ambientais de um setor específico de empresas. E tendo em vista que não há relatos na literatura sobre estudos que retratem a diferença e ou semelhança na adoção de práticas sustentáveis de meios de hospedagem inseridos em unidades de conservação, esse estudo motiva-se desta carência e assume que pode contribuir apresentando uma visão integrada de aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais que influenciam o desenvolvimento sustentável, promovendo uma melhora nas políticas públicas de turismo para as empresas inseridas nessas duas áreas.

Tendo como questão norteadora desta pesquisa: Como os meios de hospedagem de Barra Grande e Jericoacoara, têm adotado práticas de sustentabilidade sob a ótica das quatro dimensões de Werbach (2010)?

Logo, o presente trabalho tem como objetivo geral: Identificar se os meios de hospedagem de Barra Grande e Jericoacoara têm adotado práticas de sustentabilidade sob a ótica das quatro dimensões de Werbach (2010).

Visando atingir este objetivo constroem-se três objetivos específicos, a saber:

- (1) Verificar o perfil dos meios de hospedagem implantados dentro das UCs;
- (2) Observar as práticas de sustentabilidade desenvolvidas nos meios de hospedagem;
- (3) Relatar as dimensões de sustentabilidade implementadas;
- (4) Comparar os resultados encontrados nos dois locais estudados.

A proposta consiste em pesquisar a forma com que as empresas trabalham as práticas de sustentabilidade, uma vez que, pretende-se comparar meios de hospedagem em duas localidades: Jericoacoara (CE) e Barra Grande (PI), supondo que ambas trabalhem o desenvolvimento de forma sustentável, pois estão inseridas em áreas de preservação ambiental. Este estudo contribuirá para melhor entender e compreender os fenômenos que norteiam os temas em investigação nesta pesquisa, proporcionando e colaborando para o aperfeiçoamento destes no contexto literário acadêmico regional, nacional e quiçá internacional, abrindo portas e oportunidades para o surgimento e geração de novos estudos correlatos a este, impactando conseqüentemente para o acréscimo, difusão e socialização do conhecimento norteado nesta pesquisa, e contribuindo, por que não dizer, para o surgimento de novas pesquisas de temáticas que se relacionam direta ou indiretamente aos assuntos vislumbrados nesta pesquisa.

O trabalho é composto por esta introdução, pelo referencial teórico e apreciação crítica do seu conteúdo e o caso a ser estudado. Em seguida encontra-se a metodologia, onde são apresentados e justificados a abordagem, tipologia, o campo e os sujeitos da pesquisa, depois as técnicas e instrumentos para coletas dos dados, bem como a técnica de análise utilizada. Com isso desenvolve-se a análise e discussão dos resultados, atendendo aos objetivos propostos pelo estudo. Sendo finalizado com as considerações finais, apresentando os objetivos da investigação e uma síntese da temática estudada. Nessa parte também se aborda as limitações que foram encontradas no campo empírico e as recomendações para pesquisas futuras. Por fim, como elementos pós-textuais, vêm às referências e os apêndices, incluindo os roteiros da entrevista semiestruturada, o Termo de Consentimento e o Termo de Confidencialidade.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Este Capítulo destina-se, a apresentar a base teórica norteadora do estudo. Para tanto, o primeiro Item discorre sobre: A questão ambiental e as empresas, já o segundo Item conceitua a gestão ambiental e responsabilidade social e empresarial, o terceiro Item define as unidades de conservação e turismo no Brasil e o último Item apresenta os meios de hospedagem e a questão ambiental.

### **2.1 A QUESTÃO AMBIENTAL E AS EMPRESAS**

O presente eixo retrata um panorama do desenvolvimento econômico até o desenvolvimento sustentável e as dimensões da sustentabilidade.

#### **2.1.1 Do Desenvolvimento Econômico até o Desenvolvimento Sustentável**

No decorrer dos anos o processo de intensificação da capacidade humana de intervir no ambiente natural foi se desenvolvendo de forma gradativa e cumulativa, mas as modificações provocadas, aparentemente por muito tempo, não foram significativas se comparadas às dos dias atuais (DIAS, 2011). A população jamais imaginou que o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional fossem acompanhados por um processo em que se utilizavam grandes quantidades de recursos naturais, acabando por configurar uma degradação progressiva do meio ambiente (BRÜSEKE, 1995).

Segundo Ferreira (1999), Malthus em 1798, publicou um livro, “Ensaio sobre a população: como afeta o futuro progresso da humanidade”, no qual trazia um conjunto de preocupações que norteavam para os problemas decorrentes do aumento populacional e para a chance de esgotamento dos recursos naturais e suas interferências no crescimento econômico. Dando evidência ao crescimento populacional, afirmava que o poder da população é imensamente maior que o da Terra para brotar a estabilidade do homem (DIAS, 2011).

Como previsto e em função da crescente preocupação com o problema ambiental, a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza na década de 70, 80 e 90, diversos eventos, como a Conferência de Estocolmo (1972), a Conferência das Nações Unidas sobre a Água (1977), a Desertificação (1977), o Clima (1978) e a Assembleia Geral da ONU (1983). Assim



a partir dessas conferências foram criadas entidades fiscalizadoras, como, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) em 1991, que desenvolveu documentos como “Nosso Futuro Comum” que se tornou conhecido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizado no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro (BELLEN, 2007), onde se popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável, tornando as questões ambientais e de processo de desenvolvimento interligadas (GUIMARÃES, 1997). E mais recentemente houve a Rio +20 que reacendeu as esperanças de progredir na mudança à uma sociedade mundial sustentável, colocando em realce ainda mais o desenvolvimento sustentável, seus adiantamentos, atrasos e novas expectativas, sobretudo sobre a economia verde (MISOCZKY; BÖHM, 2012).

De qualquer modo, os problemas ambientais serviram para alertar a população mundial do grave perigo que estava ocorrendo e para desenvolver normas e regulamentos internacionais pensando no bem-estar da humanidade e na proteção dos recursos naturais. Simultaneamente às Conferências anteriormente citadas, percebeu-se que a sociedade civil, mediante as organizações não governamentais com atuação ambiental, passou a exercer pressões em todos os níveis de organização política da sociedade: municipal, estadual e nacional para alterarem suas políticas em prol de um desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2008).

Em vista a este novo ambiente, no qual o mercado tradicional dá lugar à mudança, para permanecer, as empresas tendem a se voltar para a sustentabilidade (NAIME; MELLO; HUPPFER, 2012), que tem como objeto: manter o meio ambiente saudável, a fim de atender às necessidades humanas atuais, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras (TASHIZAWA, 2004); atuar sobre as modificações causadas ao meio ambiente a partir de um plano de ação técnica e economicamente viável, com prioridades definidas de monitoramento, controle, treinamento e conscientização (BARBIERI, 2004); e estabelecer diagnósticos ambientais da área de atuação, a partir de estudos e pesquisas dirigidos, em busca de soluções para os problemas detectados (MEYER, 2000).

Muito se fala sobre como produzir sem perder de vista a capacidade de renovação dos recursos naturais e os maiores desafios para realizar o desenvolvimento sustentável, passam inicialmente pela conscientização da importância de pessoas e empresas, em implementar essas ações. Para Veiga (2005) a sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza, de forma consciente e racional. A educação ambiental

tem papel preponderante na disseminação e conscientização do desenvolvimento sustentável, a nível pessoal e empresarial.

O desenvolvimento sustentável deve ser aplicado nos processos produtivos, tais como em atividades do setor primário e secundário da economia, divulgado e trabalhado nos diferentes segmentos da sociedade e nos diversos níveis de ensino, público e privado, visando atender padrões mínimos de qualidade de vida e de conservação dos recursos naturais (MENEGUZZO; CHAICOUSKI; MENEGUZZO, 2009).

### **2.1.2 Dimensões da Sustentabilidade**

A sustentabilidade nos últimos anos vem sendo analisada e caracterizada tendo em vista diferentes dimensões e aspectos, temos como exemplo, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas que utiliza quatro dimensões: ecológica, econômica, social e institucional, composta por diversos índices, o que possibilita uma correlação entre eles (BELLEN, 2007).

A *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD, 1993) destaca que o desenvolvimento sustentável contempla três dimensões, a econômica, a social e a ambiental, apoiadas numa dimensão considerada transversal a todo este processo que é a dimensão institucional composta pelas formas de governo, legislação, organizações e sociedade civil, pois são considerados agentes aceleradores do processo de desenvolvimento.

Elkington (2012) corrobora com o Modelo “*Triple Bottom Line*” (ou Tripé da Sustentabilidade) cuja abordagem baseia-se no conceito de desenvolvimento sustentável alicerçado na integração de três dimensões: ambiental, econômica e social, como forma de alcançar a tal almejada sustentabilidade organizacional. Spangenberg e Bonniot (1998) além das três dimensões: ambiental, econômica e social, apresentam a dimensão institucional, que para os autores é uma meta política composta, porque os critérios sociais, ambientais e econômicos devem ser considerados com igual importância.

Para Mendes (2009), a sustentabilidade é multidimensional e possui relações de interdependência entre as variadas dimensões, compondo um sistema complexo, no qual o ser humano está inserido, com isso ele retrata as dimensões da sustentabilidade como: ecológica, econômica, social, espacial, cultural e política. Entretanto para Sachs (1993) o planejamento do desenvolvimento sustentável precisa considerar cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Sachs (1993) apresenta os conceitos, para cada dimensão: social – visa construir uma sociedade mais justa quanto à distribuição de renda, através da diminuição da desigualdade social e de condições de vida mais dignas para as pessoas; econômica - busca alocar e gerir os recursos de forma mais eficiente e favorecer o investimento nos setores público e privado; ecológica ou ambiental - sugere a proibição ao consumo dos recursos não renováveis, incentivo ao uso dos recursos naturais renováveis, redução dos índices de poluição, incentivo a programas de eficiência energética e de recursos em geral, promoção de pesquisas nos campos da inovação e da tecnologia limpa e normatização para uma postura correta diante das questões ambientais, entre outros; espacial - tem como foco uma relação de equilíbrio entre áreas rurais e urbanas; e cultural - desenvolver o conceito do DS buscando as particularidades culturais de cada comunidade.

Já para Werbach (2010), a sustentabilidade tem quatro dimensões igualmente importantes ao invés das três dimensões apresentadas no *triple bottom line*: Econômica - Ações que dizem respeito a como as pessoas e as empresas satisfazem suas necessidades; Social - Ações e condições que afetam todos os membros da sociedade; Ambiental - Ações e condições que afetam a ecologia da Terra; Cultural - Ações por meio das quais as comunidades manifestam sua identidade e cultivam tradições de geração em geração.

Serão consideradas para esse estudo as dimensões pregoadas por Werbach (2010), sendo: econômica, social, ambiental e cultural. Que mais se identificam e relacionam num estudo que leva em consideração o espaço em que estão inseridos os meios de hospedagem. Através do reconhecimento da correlação das dimensões de sustentabilidade e o uso do meio natural, maior será a possibilidade de acertos quanto ao manejo das áreas que necessitam ser preservadas em sua integralidade, expectativa extensiva as Unidades de Conservação (CORRÊA, 2009).

## 2.2 GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESARIAL

A necessidade de sustentabilidade tem assumido nas últimas décadas importância crescente nas agendas de empresas nas diversas áreas dentro do mundo empresarial, uma vez que os recursos naturais estão cada vez mais escassos, levando as organizações a implementar a gestão socioambiental.

### 2.2.1 Gestão Ambiental e o Novo Paradigma

O termo gestão ambiental aplica-se a uma grande variedade de iniciativas relativas a qualquer tipo de problema ambiental (BARBIERI, 2004). O tamanho da empresa e o tipo de atividade que exerce são indicadores determinantes para a definição do ponto de vista ambiental adotados. Para ser sustentável, uma empresa e ou empreendimento tem que procurar alcançar, em todas as suas ações e decisões e em todos os seus processos e produtos, incessante e permanentemente, a eco eficiência (ALMEIDA, 2002).

Gestão ambiental é a expressão utilizada para se denominar a gestão empresarial que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o meio ambiente (DIAS; ZAVAGLIA; CASSAR, 2003), envolvendo diferentes atividades administrativas e operacionais realizadas pela empresa para abordar problemas ambientais decorrentes da sua atuação ou para evitar que eles ocorram no futuro (BARBIERI, 2004). O mundo passa por um período evolutivo histórico, jamais em qualquer época as empresas tiveram tanta tecnologia disponível, tanto conhecimento e recursos, nas quais a consciência dos problemas entre atividades produtiva e meio ambiente está eclodindo (CORRÊA, 2009), se tornando urgente medidas mitigadoras, que protejam os bens naturais.

A gestão ambiental torna-se a cada dia um importante instrumento gerencial para capacitação e criação de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja o seu segmento econômico (OLIVEIRA FILHO, 2004). Esta nova abordagem decorre da compreensão que os recursos naturais são finitos, expressando assim a preocupação com o comprometimento da expansão do consumo frente à capacidade de suporte da natureza (MACHADO JUNIOR *et al.*, 2012).

Para Comissão Mundial do Meio Ambiente, o desafio do desenvolvimento sustentável é trazer as considerações ambientais para o centro das tomadas de decisões econômicas, para o centro do planejamento futuro em todos os níveis. Desde a Conferência de Estocolmo de 1972, que inseriu a questão ambiental de forma prioritária e definitiva na agenda internacional, os problemas ambientais mudaram de significado e importância, e estão cada vez mais presentes nos diferentes elementos que influem nas decisões empresariais (SOUZA, 2002).

Para Tachizawa (2004) um dos maiores desafios que o mundo enfrenta no novo milênio, é fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do ambiente, com a ajuda de padrões baseados no desempenho e uso criterioso de instrumentos econômicos, num contexto harmonioso de regulamentação. Nesse contexto, temos um novo paradigma ambiental com uso de tecnologias limpas, redução de desperdícios, uso sustentável

dos recursos naturais, adequação às leis ambientais vigentes. Sendo visível ver a incorporação crescente das preocupações ambientais em todas as grandes questões estratégicas da sociedade contemporânea (DIAS, 2011), historicamente os governos e organismos sociais têm sido os mais proeminentes elementos a dirigirem e exigirem as práticas ambientais corporativas, principalmente nas décadas 70 e 80, sendo essas duas forças indutoras. O governo através de ações normativas e regulatórias e os organismos sociais através de protestos, pressão da sociedade e de evidenciar a visibilidade negativa atrelada a imagem das empresas.

Levando gradativamente as empresas a evolução nas estratégias de gestão, incorporando parâmetros ambientais e sociais em suas decisões e ações. Segundo Barbieri (2004) o estágio evolutivo da gestão ambiental se constitui em um processo contínuo composto por um conjunto de fases, o qual é passível de implantação gradual, mediante práticas apropriadas. Essa dinâmica reforça o entendimento da interação entre a empresa e o meio ambiente, beneficiando a discussão das questões ambientais na gestão empresarial (MACHADO JUNIOR *et al.*, 2012).

As empresas expressam o comprometimento com a busca permanente da gestão ambiental, através de políticas e das práticas implementadas e incorporadas internamente que gerem o menor impacto ambiental. A alta administração deve definir a política ambiental da organização, por meio da avaliação dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades (BARBIERI, 2004), e a organização deve procurar a melhoria contínua de seus processos, estabelecendo metas e objetivos ambientais e uma ampla divulgação da abordagem ambiental entre os funcionários e o público em geral (MACHADO JUNIOR *et al.*, 2012), na busca do desenvolvimento sustentável.

A pressão por um novo padrão de desenvolvimento sustentável passou a exigir das organizações modernas serem competitivas, mas respeitando e considerando as questões ambientais (SALGADO; COLOMBO, 2015). Dessa forma, seja por interesses genuínos ou para adequar-se às demandas do mercado, empresários de diferentes segmentos de negócios têm se preocupado com seus empreendimentos no que se refere aos aspectos pertinentes à sustentabilidade (CARRENHO; FIGUEIREDO; SABINO, 2012).

### **2.2.2 Gestão Ambiental e seus Benefícios**

A preocupação ambiental tem um papel cada vez mais importante junto as empresas, tendo a dimensão ambiental se tornado pauta não somente no comprometimento

dos países, mas junto a empresários e gestores na busca de implementação de soluções ambientalmente adequadas para os problemas da produção, distribuição e consumo de bens e serviços (SOUZA, 2002).

A sustentabilidade não será obtida se o capital natural for aviltado, incapacitando o ecossistema de gerar serviços que permitam aos humanos realizar a satisfação de suas necessidades, afirma Cavalcanti (1997). Portanto, as empresas, ao adotarem a gestão ambiental, estarão investindo na perpetuação do negócio. Atender ao presente e gerar respostas pontuais e estanques passou a não ser suficiente, olhar o futuro sob uma perspectiva transversal analisando e planejando corporativamente passou a ser o caminho natural (CORRÊA, 2009).

As empresas que desenvolvem a gestão ambiental, trabalhando de forma integrada, deixando de fazer ações isoladas ou pontuais, consolidam a imagem o que gera benefícios junto à comunidade interna e externa. Um método de gestão nas empresas que se apoie em um conjunto de procedimentos e cuidados, capaz de usufruir os recursos naturais de maneira ambientalmente responsável – evitando impactos, ou agredi-los de maneira irreversível (OLIVEIRA FILHO, 2004) – estará construindo o caminho para sustentabilidade ambiental e para um crescimento sustentável e responsável.

Frente a esta nova realidade, as empresas têm a necessidade de incorporar a abordagem ambiental, desenvolvendo internamente uma gestão destinada a ordenar suas atividades (MACHADO JUNIOR *et al.*, 2012). As empresas interessadas em alinhar os objetivos financeiros com a questão ambiental devem trabalhar de forma integrada as políticas ambientais com o planejamento estratégico e operacional, adequando o programa de gestão ambiental compatibilizando-o aos objetivos da empresa, o que promoverá benefícios não só financeiro, mas de imagem positiva.

Algumas das empresas mais importantes do Brasil e do mundo adotam práticas e políticas de gestão ambiental, que permitem produzir com mais eficiência, melhorar o uso sustentável dos recursos naturais e desenvolver as regiões em que operam, gerando benefício social e ambiental, além de gerar emprego e renda (DIAS, 2011). Seus relatórios socioambientais evidenciam suas responsabilidades sociais e ambientais, prestando conta das políticas estabelecidas pela empresa, o que fortalece a marca. Para Lora (2000), as empresas estão tomando um comportamento ambiental ativo, transformando uma postura passiva em oportunidades de negócios, e com isso tornam-se mais competitivas.

O cliente externo e os acionistas atribuem um valor importante às empresas que praticam a responsabilidade ambiental e social, no qual acabam evidenciando uma imagem

positiva para o mercado e se sentem participantes de ações de causa social ou ambiental pois, ao comprarem ações ou consumir os produtos ou serviços, irão contribuir para sustentabilidade, promovendo benefício de imagem.

### **2.2.3 A Empresa e a Responsabilidade Socioambiental**

O papel de vilãs do meio ambiente que vêm desempenhando algumas empresas tem sua razão de ser, pois são poucas, proporcionalmente, aquelas que se preocupam e tornam mais eficientes ecologicamente os seus processos produtivos (DIAS, 2007), uma vez que, os bens naturais são a base do desenvolvimento e não deveriam ser dissociados o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental.

Dentre os impactos ambientais causados pelas atividades econômicas desenvolvidas nas empresas, o maior deles é a geração de resíduos sólidos e está presente, em maior ou menor escala, no processo produtivo, seguido da poluição do ar e da água. A necessidade de buscar alternativas que minimizem os impactos ambientais tem motivado as empresas na busca de soluções sustentáveis (TACHIZAWA; ANDRADE; CARVALHO, 2002).

Em todos os impactos ambientais gerados pelas empresas, deveria estar a preocupação com o equilíbrio, o respeito aos limites da natureza e o reconhecimento que os recursos naturais são finitos, e, se não forem usados de forma equilibrada irão faltar, comprometendo assim o próprio desenvolvimento econômico (OLIVEIRA FILHO, 2004). As empresas podem mudar a imagem de poluidoras e geradoras de impacto ambiental, quando implementarem políticas de responsabilidade socioambiental, de forma sistêmica e interagindo com as chamadas partes interessadas (clientes, colaboradores, fornecedores, concorrentes, acionistas, governos e comunidades) de forma responsável.

A responsabilidade socioambiental consiste em um conjunto de iniciativas por meio das quais, as empresas buscam de forma voluntária integrar considerações de natureza ética, social e ambiental às suas práticas e políticas, visando ao desenvolvimento de negócios sustentáveis (MATIELLO, 2008).

Para Dias (2011) em se tratando das práticas de responsabilidade social que dizem respeito ao meio ambiente, em âmbito interno, a empresa responsável implementa formas de atuação capaz de minimizar o consumo de recursos não renováveis, maximizar a utilização dos insumos utilizados no processo produtivo, de forma a evitar o desperdício dos recursos naturais. Portanto, a gestão empresarial, para alcançar sustentabilidade econômica, social e

ecologicamente correta, precisa contar com executivos e profissionais nas organizações, públicas e privadas, que busquem incorporar tecnologia de produção inovadora, estabelecer, regras de decisão estruturadas, e que possuam o conhecimento sistêmico exigidos (OLIVEIRA FILHO, 2004).

## 2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO NO BRASIL

Esse eixo teórico irá retratar sobre as Unidades de Conservação, como são caracterizadas, os diferentes tipos, e as escolhidas como universo do estudo. E em um segundo momento irá apresentar o Turismo no Brasil, através do Ecoturismo e Turismo Sustentável e a relação do Turismo e das Áreas Protegidas.

### 2.3.1 Caracterização geral das Unidades de Conservação

Atualmente, em grande parte do mundo, o principal instrumento para a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de áreas protegidas (BENSUSAN, 2006). Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no ano de 2000, foi promulgada a Lei Nº 9.985, criando o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação Ambiental) que regulamentou a gestão dos diferentes tipos de unidades de conservação ambiental do Brasil, na intenção de resguardá-las.

Com isso o SNUC define diversas categorias de organização para as áreas naturais protegidas, estabelecendo os meios de planejamento e gestão adequados para cada uma (MMA, 2011). Tendo por base a possibilidade do uso de seus recursos naturais, as unidades de conservação pertencentes ao SNUC podem ser categorizadas em dois grandes grupos (Figura 1): (a) Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI): cujo objetivo básico é a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei; (b) Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS): cujo objetivo básico é a compatibilização da conservação da natureza e o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

**Figura 1 - Categorização das unidades de conservação, segundo o SNUC.**



Unidades de proteção integral	Unidades de uso sustentável
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estação Ecológica - EE</li> <li>• Reserva Biológica - RB</li> <li>• Parque Nacional - PN</li> <li>• Monumento Natural - MN</li> <li>• Refúgio de Vida Silvestre - RVS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Área de Proteção Ambiental - APA</li> <li>• Área de Relevante Interesse Ecológico - Arie</li> <li>• Floresta Nacional - FN</li> <li>• Reserva Extrativista - REX</li> <li>• Reserva de Fauna</li> <li>• Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Plano de Manejo de Jericoacoara (2011).

As Unidades de Conservação do tipo Área de Proteção Ambiental (APA) foram definidas através da Lei Nº 6.902/81, representam uma inovação no campo da conservação da natureza no país, surgiu para favorecer a conservação dos ecossistemas em grandes regiões. Assim, essa categoria, ao mesmo tempo, respeita a propriedade privada, não impõe a desocupação humana e ainda promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas ali inseridas, por meio da regulamentação do uso e ocupação da terra e da promoção do uso sustentável dos recursos naturais (GUARYASSÚ, 2003). De acordo com Bensunsan (2006), a prerrogativa dessa Lei foi tentar conciliar visões muito distintas, entre governo e empresas, e apesar de não agradar a nenhuma delas, significou avanços consideráveis na proteção do meio ambiente.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) pertencem ao grupo de unidades de conservação de uso sustentável, sendo constituídas por áreas públicas e/ou privadas, têm o objetivo de disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos bióticos e abióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas que aí vivem, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes (MMA, 2011).

Os parques nacionais são um dos tipos de unidade de conservação, como unidades de proteção integral (MMA, 2011), tendo como objetivo básico, de acordo com o Art. 11 do SNUC (Lei Nº 9.985/00) “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”. Os Parques Nacionais como são considerados unidades de proteção integral, sua área pertence aos domínios públicos, assim, as áreas particulares incluídas dentro de seus limites serão desapropriadas (MMA, 2011).

A prática de atividades turísticas dentro das Unidades de Conservação Ambiental ocorre em função dos atrativos naturais do lugar, que despertam o interesse das pessoas. O

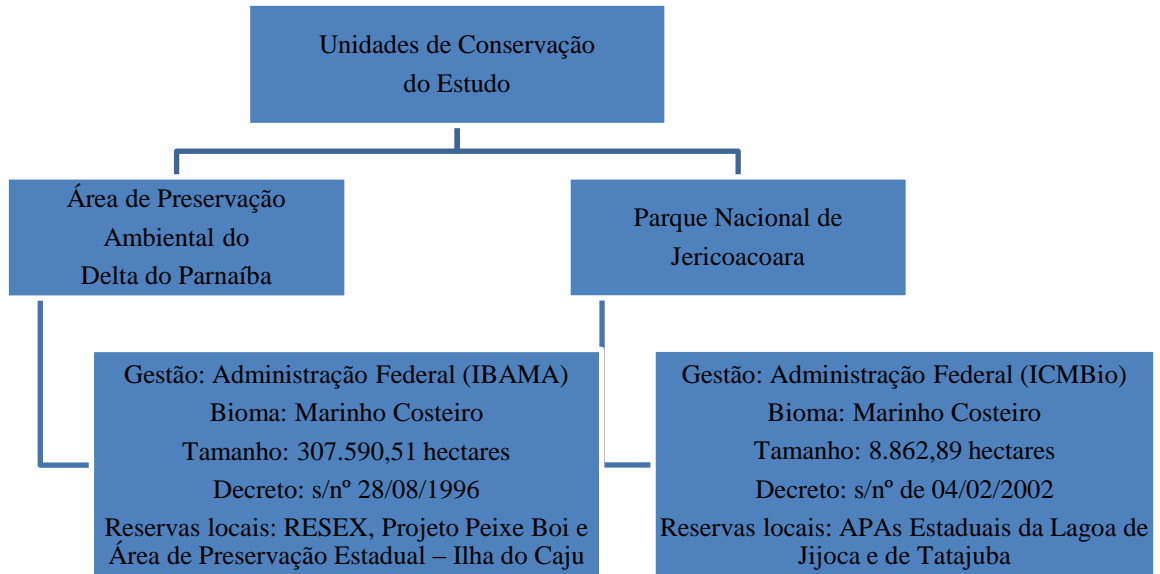
movimento de turistas, na região, acaba atraindo empresas e uma maior demanda por meios de hospedagem. O sistema turístico e os meios de hospedagem, mais atividades interligadas, podem impactar de maneira considerável o ambiente ecológico e colocar em risco o equilíbrio ambiental da região, como mostram os estudos feitos por Guaryassú (2003) sobre os principais problemas nas APAs, tais como presença de resíduos sólidos, pressão turística, uso de agrotóxicos, conflitos de propriedade, falta de recursos, desmatamento, caça ilegal, pesca predatória e desmatamento, dentre outros.

Os meios de hospedagem deveriam se basear numa gestão ambiental pautada na ecoeficiência uma vez inserido em região de ecossistema frágil, ser eco eficiente significa combinar desempenho econômico com desempenho ambiental, para criar e promover valores com menor impacto sobre o meio ambiente, afirma Almeida (2002). Nesta ótica, este estudo se faz relevante, pois pretende esclarecer a forma de conduzir os meios de hospedagem estabelecidos em área de preservação, abordando conjuntamente, a dimensão ambiental, por se tratar da preservação da fauna, da flora, dos meios bióticos e do ar, do solo, da água, dos meios abióticos, atentando igualmente para a dimensão sócio/econômica por se tratar de meios de hospedagem que geram empregos para a população do entorno.

A preservação dos ecossistemas que fazem parte da APA, através de gestão ambiental e do uso racional destes recursos, poderá contribuir com a análise da gestão praticada, hoje, nos meios de hospedagem em espaço público e de uso comum. Assim sendo, este estudo serve de referencial para a gestão ambiental de outras áreas de preservação ambiental.

O presente estudo escolheu os meios de hospedagem inseridos dentro das unidades de conservação: APA do Delta do Parnaíba e Parque Nacional de Jericoacoara (Figura 2), visto que são tipos diferentes, sendo respectivamente, unidade de uso sustentável e unidade de proteção integral, mas que apresentam posições geográficas próximas, em vista, que ambas estão na Região Nordeste, e que divergem quanto as normas legais que a compõem, item que será retratado abaixo.

### **Figura 2 – Especificidades da Unidades de Conservação do estudo.**

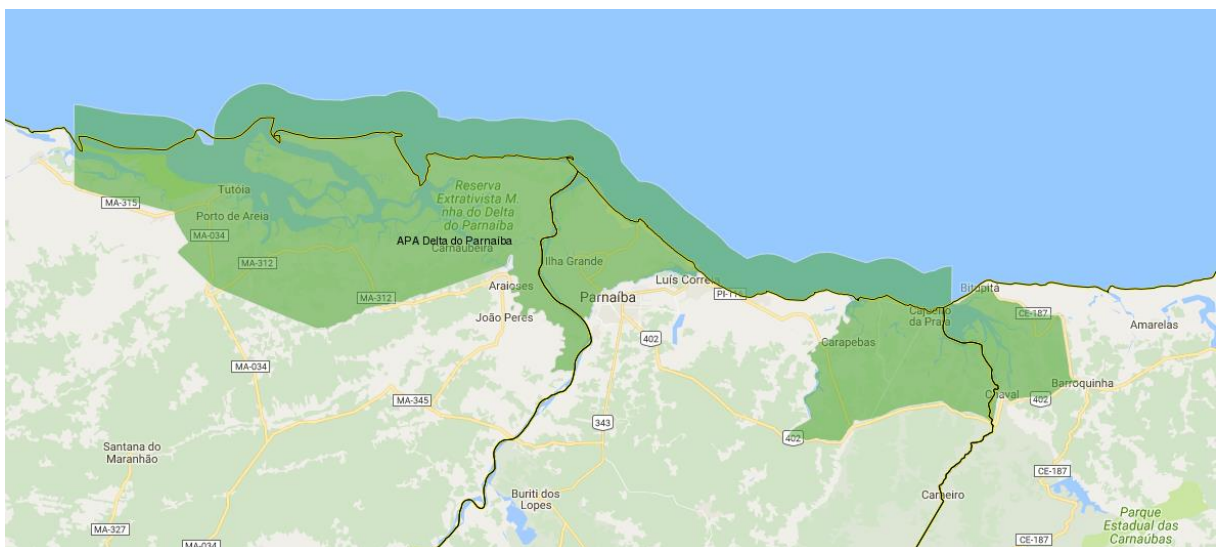


Fonte: Elaborado pela autora.

### 2.3.2 APA do Delta do Parnaíba

A APA do Delta do Parnaíba (Figura 3) é uma unidade de conservação criada pelo Decreto S/Nº, de 28.08.1996, administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Tem uma área da zona costeira brasileira incomparável, pois forma o único delta em mar aberto das Américas, com mais de 75 ilhas e um santuário de reprodução de diversas espécies de peixes, caranguejos, lagostas e camarões (ICMBio, 2017).

**Figura 3 – APA do Delta do Parnaíba (Piauí)**

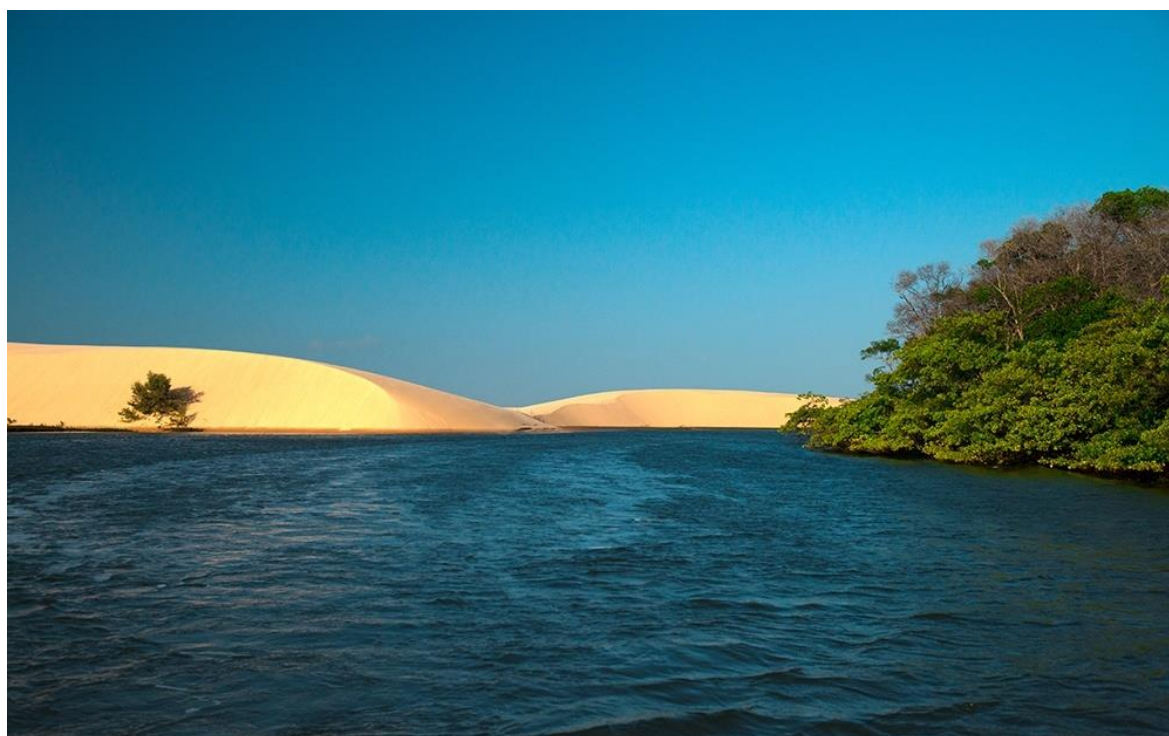


Fonte: Adaptado do site do Ibama (2017)

Com uma área de 307.590 hectares a APA do Delta está localizada na região nordeste do Brasil, abrangendo os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. O acesso à APA é feito pela BR 343 até Parnaíba-PI, a partir de onde se torna possível visitar o Delta por meio de embarcações.

No ano de 2002, o Delta do Parnaíba (Figura 4) passou a ser considerado uma região, potencial e prioritária, para o desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil, de acordo com o Projeto Polos de Ecoturismo (EMBRATUR/IEB, 2002), mas ao mesmo tempo possui uma grave limitação para a gestão, pois o Plano de Manejo da APA data de aproximadamente 20 anos atrás, deixando a comunidade vulnerável, com a chegada do Ecoturismo, potencializando possíveis impactos na identidade e nos valores culturais existentes (MATTOS e IRVING, 2003), com isso as empresas, em geral, ao se estabelecerem sem orientação e acompanhamento do poder público, acabam por ocasionar danos ao meio ambiente visto que a região apresenta um plano de manejo desatualizado.

**Figura 4 – Vista das dunas, Mangues e Igarapés do Delta do Parnaíba.**



Fonte: Site do Mar Sem Fim (2015)

Os principais problemas detectados em áreas de preservação deltaica referem-se à participação dos atores locais e o compromisso para com a conservação ambiental no

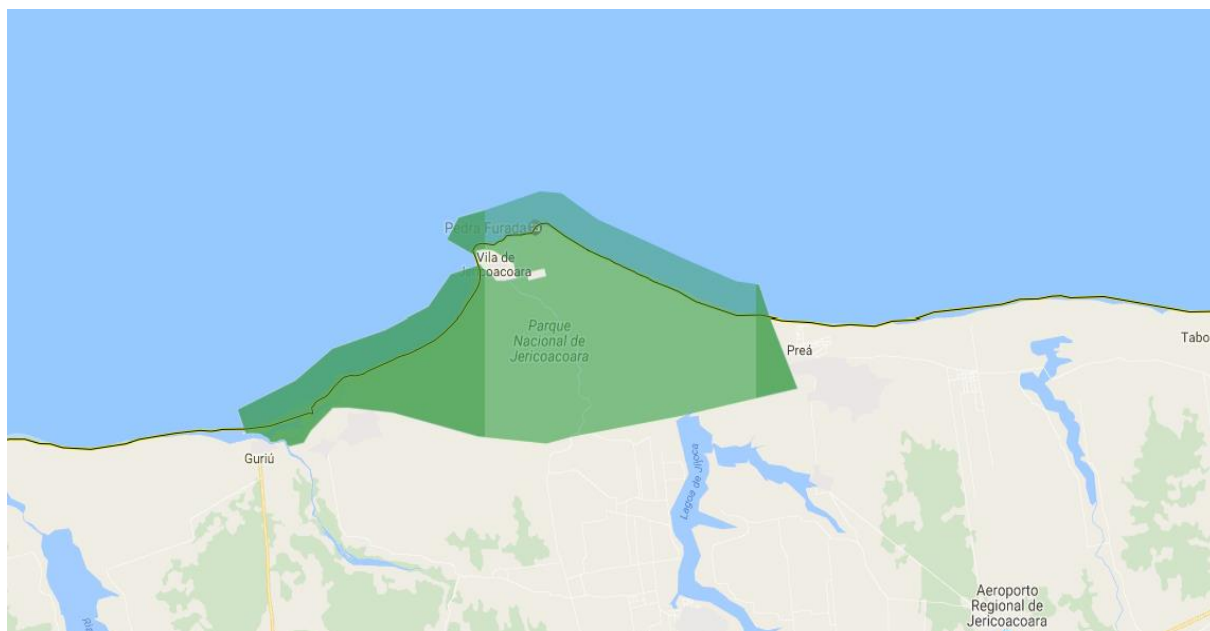
processo de planejamento do Ecoturismo (IRVING, 2001). Também foram detectadas ações de degradação ambiental, perda da cultura local e crescimento da especulação imobiliária.

### 2.3.3 PN de Jericoacoara

O Parque Nacional de Jericoacoara (Figura 5), no estado do Ceará, foi criado em fevereiro de 2002, abrangendo uma área de 8.416 ha, resultado de uma recategorização parcial da APA (Área de Proteção Ambiental) de Jericoacoara criada em 1984, e da redefinição de seus limites em 2007 (ICMBIO, 2017). Ele distribui-se entre os municípios de Cruz, Camocim e Jijoca de Jericoacoara, sendo composto por terras públicas, pertencentes aos Governos Estadual e Federal, entretanto há a presença de posseiros no interior da UC.

O principal acesso ao PARNA é feito pela BR 085 até Jijoca de Jericoacoara, a partir de onde se torna possível visitar através da travessia de carros com tração pelas estradas de areia, normalmente com a presença do guia.

**Figura 5 – Parque Nacional de Jericoacoara (Ceará)**



Fonte: Adaptado do site do Ibama (2017)

De acordo com o Decreto S/№ de 4 de fevereiro de 2002, os objetivos do PN são de proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais e proporcionar oportunidades controladas para o uso público, educação e pesquisa científica.

A visitação pública é permitida, desde que atenda às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo, às normas previstas pelo ICMBio e àquelas previstas em regulamento.

O Parque Nacional de Jericoacoara passou a ser considerado uma região potencial de Ecoturismo no Brasil, de acordo com o Relatório do Instituto Chico Mendes (2011) e de maneira sucinta, a sua representatividade no âmbito do SNUC se deve à diversidade de ecossistemas que este abriga, alguns deles relacionados à Mata Atlântica, tais como restingas, manguezais e vegetação de dunas.

O conselho consultivo (CONPARNA) é responsável pela gestão direta e de forma participativa do PN de Jericoacoara, sendo instituído através da Portaria IBAMA Nº 159 de 2002. Em que, consiste em órgão integrante da estrutura do PN de Jericoacoara, composto pela: sociedade civil, instituições governamentais e população local e que tem por finalidade contribuir no planejamento geral de suas ações, baseado no Plano de Manejo de 2011, que desenvolve ações de educação ambiental, de pesquisa e de fiscalização, em prol do desenvolvimento sustentável do parque. Além disso, o parque abriga paisagens de rara beleza cênica, com dunas, pedras (Figura 6) e lagoas internacionalmente reconhecidas.

**Figura 6 – Pedra Furada, PARNA de Jericoacoara**



Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara, Ministério do Meio Ambiente (2011)

Os principais problemas verificados na área ambiental são decorrentes da ação humana, ocasionados pela disposição irregular dos resíduos sólidos, desmatamento e queimadas da vegetação nativa, a especulação imobiliária (com a construção de casas de veraneio e complexos hoteleiros) (MMA, 2011).

### **2.3.4 Ecoturismo e Turismo Sustentável**

A *International Ecotourism Society* (IES), uma organização não-lucrativa localizada nos EUA, que incentiva o ecoturismo, e o define como “viagem responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente e sustenta o bem-estar das populações locais” (BRASIL, 2007). Devido à forte tendência mundial de conservação ambiental, nas últimas décadas, o Ecoturismo tornou-se comum nas unidades de conservação de uso sustentável, na qual, as comunidades locais buscaram essas atividades por ser uma alternativa para a própria subsistência. Com isso existe uma relação próxima entre turismo e meio ambiente, no qual, pode ter efeitos de atração ou de repulsão, enquanto o turismo, sob certas condições, pode contribuir para degradar o meio ambiente ou para preservá-lo (BRASIL, 2006).

De acordo com a WTO (2001), para que o turismo seja sustentável em longo prazo, deve haver um balanço entre as dimensões ambiental, sociocultural e econômica. Portanto, devem ser perseguidas concomitantemente: a otimização da utilização dos recursos ambientais, o respeito à especificidade sócio cultural das comunidades receptoras e a geração de benefícios socioeconômicos, inclusive distribuição de renda e oferta de emprego que amenizem as condições de pobreza das populações locais. Em outras palavras, desenvolver o turismo sustentável, é gerir todos os recursos envolvidos na atividade turística, visando atender as necessidades econômicas, sociais e ambientais, sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (ICMBIO, 2015).

De acordo com a OMT (2003), o turismo sustentável é um processo contínuo e requer constante previsão de tendências e monitoramento dos impactos, para a introdução das medidas preventivas ou corretivas quando necessário e só será alcançado com políticas públicas eficientes das entidades governamentais atreladas a essas mudanças.

Diversas entidades como o Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA), Organização Mundial do Turismo (OMT), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), *Rainforest Alliance*, entre outros, têm contribuído com as bases teóricas e

desenvolvido cartilhas de boas práticas na administração de questões ambientais no turismo, inclusive com algumas voltadas para o setor de hospedagem.

Dentre estes, vale ressaltar a referência que a OMT faz a respeito do turismo sustentável quando cita como “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para locais e comunidades, exigindo integração com o ambiente natural, cultural e humano”, que representa a inclusão das comunidades locais e do meio ambiente como protagonistas nas políticas públicas voltadas ao setor (OMT, 2003).

### **2.3.5 Turismo em Áreas de Preservação**

Nos últimos anos houve um crescimento acelerado do turismo em áreas protegidas e isso tem gerado inúmeros debates e posturas quanto às dificuldades de integrar as políticas públicas: do turismo, de gestão ambiental e de controle de uso e ocupação do solo (BRASIL, 2007). Em geral, essas políticas têm se mostrado divergentes e, na teoria, procuram conciliar os interesses econômicos, com a preservação e a conservação ambiental, considerando os interesses das populações locais, com o objetivo de reduzir os impactos negativos sobre o meio ambiente, como também manter essas populações no seu lugar de origem (ICMBIO, 2017).

As unidades de conservação com seu potencial natural apresentam importante destaque paisagístico, que permite e atrai diversas pessoas para a realização de atividades. “As belas paisagens, praias, remanescente de matas preservadas, restingas, rios, cachoeiras, são importantes atrativos para o estabelecimento de atividades turísticas nestas áreas” (LOPES, SANTOS, 2015, p. 8).

De acordo com o SNUC (2000), apenas o Parque Nacional tem como objetivo explícito a realização de turismo ecológico. Santos Jr. e Pires (2008) expõe que os parques têm sofrido mais com a interferência da demanda turística em função do aumento da popularidade do ecoturismo. Outros tipos de unidades de conservação também permitem de alguma forma a realização de atividades turísticas, sendo que nas APAs pode haver ainda ocupação humana.

O Brasil recentemente vem desenvolvendo programas e investindo no crescimento do turismo, no qual, privilegia a apropriação e o consumo de espaços “naturais” e paisagens, bem como o uso de recursos culturais que se encontram bastante conservados nessas áreas de preservação e por dispor de condições ambientais privilegiadas, constituem-se em áreas bastante atrativas para a prática do turismo,



em especial para o turismo ecológico e suas derivações, pois, esses espaços encontram-se protegidos legalmente pelo poder público e, por isso mesmo, aí estão concentrados o patrimônio natural e cultural em elevado grau de preservação e conservação (BRASIL, 2007).

As unidades de conservação apresentam alta riqueza natural e de biodiversidade, o que faz destas áreas, foco para a prática do turismo – o chamado ecoturismo – e a execução têm sido cada vez mais efetivas (LOPES; SANTOS, 2015). O desenvolvimento do turismo em áreas protegidas deveria ser condicionado de acordo com o número de pessoas que as Unidades de Conservação podem suportar, mas na maioria das vezes, por falta de fiscalização, isso não ocorre, acarretando assim turismo desordenado. Segundo Soares (2007), esse desordenamento é mais comum no Brasil e em países em desenvolvimento, pois essa problemática do turismo em unidades de conservação tem ocorrido, como consequência da ausência de educação ambiental nos turistas.

Além disso, a especulação imobiliária nas áreas com possibilidade de ocupação, o uso desordenado do solo, e exploração dos recursos naturais de forma irregular, muitas vezes pela ausência de fiscalização, tem posto discussões para a regularização desta atividade nas unidades de conservação. Outra problemática do turismo em áreas de preservação é a ausência de um manejo integrado e de planejamento nas unidades de conservação, tornando assim um dos principais entraves para a ausência de um turismo sustentável e conservação ambiental destas áreas (CORRÊA, 2009).

## 2.4 OS MEIOS DE HOSPEDAGEM E AS QUESTÕES AMBIENTAIS

O setor de turismo através de um crescimento considerável nos últimos anos, tem se tornado cada vez mais fortalecido, não só para pessoas que buscam o lazer, mas também entremeando uma forte integração para oferta de congressos e eventos empresariais, que mobiliza desde pequenos meios de hospedagem, até grandes resorts. O principal desafio dos meios de hospedagem é criar ações conjuntas através do engajamento dos mesmos e com a participação popular realizando uma mudança na forma de pensar e agir acerca do desenvolvimento, incorporando cada vez mais os ideais da sustentabilidade (AMAZONAS, 2014).

### 2.4.1 Conceito e Definições de Meios de Hospedagem

O meio de hospedagem é considerado uma empresa que presta serviços (FREIRE; BARROS NETO; SANTOS, 2005), e essa oferta depende de como está organizado internamente e o que oferece para atrair clientes. Para Feijó (2002) o meio de hospedagem é uma indústria de serviços que tem características organizacionais onde a principal finalidade é o fornecimento de estadia, alimentação, segurança, atividade de recreação e lazer e outros serviços ligados a condição de receber bem. Os meios de hospedagem, enquanto segmento no qual predomina a prestação de serviços, caracteriza-se por ser uma atividade constituída de uma série destes serviços e compreender a dimensão das suas características básicas torna-se fundamental (CENTENO, 2004).

Goldstein e Primiani (2012) rastrearam as origens da sustentabilidade hoteleira por volta da década de 1960, sugerindo que as últimas décadas viram uma crescente conscientização entre hoteleiros e investidores quanto aos impactos ambientais e sociais do desenvolvimento e operações hoteleiras. A *Green Hotels Association* (2016) define o "hotel verde" como um meio de hospedagem respeitador do ambiente, na qual desempenha várias práticas favoráveis ao meio ambiente, como a economia de água e energia, o uso de políticas de compras ecológicas, a redução das emissões e a eliminação de resíduos para proteger o ambiente natural e reduzir os custos operacionais.

Kassinis e Soteriou (2003) mostraram que as práticas ambientais na indústria hoteleira aumentam a lucratividade, melhorando a satisfação e lealdade do cliente. O gerenciamento da sustentabilidade ajudará as empresas a tornar-se ágil, adaptável e alinhada no equilíbrio das pessoas e do planeta com lucros. As descobertas sugerem que as práticas ambientais estão positivamente relacionadas ao desempenho através do efeito mediador da maior satisfação e lealdade do cliente.

Dentre os diversos ramos de atividades econômicas do turismo, os meios de hospedagem são os que geram maior circulação de capital e que mais consomem recursos naturais, especialmente os grandes hotéis e resorts, pois segundo Vieira (2004),

É um segmento que está muito propenso a desperdiçar, temos como exemplo: falta de consciência dos hóspedes quanto a economia; banho demorado; água correndo no lavatório sem preocupação com o desperdício; ar-condicionado funcionando com portas e janelas abertas; e outras formas de desperdiçar que fogem do controle da gerência.

Esses exemplos citados por Vieira, demonstram o longo caminho para nós aproximarmos do tão sonhado, desenvolvimento sustentável e de como a hotelaria tem um

grande poder de mudança de hábitos de consumo na sociedade, desde que planejada de forma responsável e voltada ao atendimento dos princípios de sustentabilidade levantados.

Atualmente o segmento de meios de hospedagem passa a despertar um maior interesse a respeito da problemática ambiental, buscando adotar uma atitude diferenciada em relação ao usufruto dos recursos naturais indispensáveis a manutenção das suas atividades. Como afirmam Santos, Souza e Barbosa (2005), essa tem sido uma maneira encontrada pelos meios de hospedagem de reduzir seus custos, criar uma boa imagem perante o cliente e estabelecer um diferencial competitivo diante da concorrência. A aplicação de práticas ambientais e sociais adequadas é uma decisão empresarial sensata, já que estas não somente reduzem custos e melhoram a imagem da empresa, mas também garantem atrativos permanentes do destino para os turistas (MORAES, 2008).

Dessa forma, o setor de meios de hospedagem deve adotar tecnologias alternativas buscando mitigar os impactos ambientais de suas atividades, como também, se lançarem em busca da sustentabilidade econômica, social e ecológica, segundo Cooper (2001), este é variado e complexo abrangendo itens como: uso de água e energia, resíduos sólidos, efluentes orgânicos, emissão de CFC, descarte de resíduos e contaminação do solo e da água, entre outros.

#### **2.4.2 Práticas Sustentáveis nos Meios de Hospedagem**

Ao se planejar o desenvolvimento e a gestão de atividades turísticas (destinos, produtos e meios de hospedagem), o conceito de desenvolvimento sustentável, deve ser considerado como um instrumento que relaciona os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos, a participação da comunidade local, a conservação do meio ambiente, e que permita sua utilização a longo prazo (GANDARA, 2002). Segundo Centeno (2004), a questão ambiental vem ganhando cada vez mais espaço dentro do segmento de hospitalidade, as exigências relacionadas a responsabilidade ambiental não ocorrem somente da regulamentação e certificações, mas da pressão dos consumidores.

Para Silveira (1997) o turismo é um importante alavancador da economia, não somente dos países desenvolvidos como também dos emergentes, sendo os meios de hospedagem o destino da grande maioria dos turistas. Porém, o desenvolvimento da atividade turística demanda ações da sociedade que propiciem uma utilização econômica sustentável de atrativos naturais e culturais, estabelecendo padrões de qualidade dos serviços turísticos, desenvolvendo estratégias e políticas para a proteção do meio ambiente (NOVAES, 1997) e

para a construção de destinos turísticos sustentáveis, a sustentabilidade dos meios de hospedagem deste destino é de fundamental importância.

Alguns programas especiais de gestão ambiental focados para o setor de hospedagem vêm sendo desenvolvidos pela Associação Brasileira de Indústria Hoteleira (ABIH). Estes programas promovem a conscientização e o uso de métodos de trabalho mais eficientes que otimizam os recursos, evitando desperdícios (COSTA, 2004; PERTSCHI, 2006), sendo um incentivo e o início da implantação da gestão sustentável dos meios de hospedagem.

São inegáveis os impactos resultantes das atividades de meios de hospedagem, apesar de que se comparado a indústrias, ficam de menor porte, mas sabemos que temos equipamentos localizados em áreas de preservação, e se essas atividades turísticas não forem devidamente planejadas e geridas, poderão proporcionar graves impactos ambientais, sendo que alguns de caráter irreversível. Para minimizar essa situação, a gestão ambiental apresenta-se como importante instrumento de conservação dos recursos naturais e busca de atividades sustentáveis (PERTSCHI, 2006).

Com isso, Philippi e Ruschman (2010) retrataram a dimensão do conceito de tecnologias alternativas, envolvendo assim, aspectos arquitetônicos, economia de energia elétrica, redução do consumo da água, tratamento e reutilização da água de reuso e gerenciamento dos resíduos sólidos. Dessa forma as tecnologias alternativas visam atender as necessidades de consumo há um custo menor e com isso reduzir o impacto ambiental, quando comparada às tecnologias convencionais.

Diante disso, o desenvolvimento tecnológico e o social devem caminhar juntos, gerando tecnologias que não agridam a biodiversidade e os ecossistemas (ADAM, 2001). Pois como visto anteriormente as tecnologias e práticas ambientais adotadas por um meio de hospedagem são bastante amplas no que diz respeito a sua aplicabilidade.

Quanto ao consumo de água demandado por um meio de hospedagem, tanto para o uso dos hóspedes como para o pleno funcionamento do empreendimento turístico pode comprometer o usufruto da população local. Como medidas de conservação do recurso natural água o setor pode desenvolver medidas de economia como: reutilização de toalhas e lençóis, sensores de corte de fluxo na torneira, chuveiros de baixo fluxo, entre outros (SANTOS, SOUZA; BARBOSA, 2005; AMAZONAS, 2014).

No setor hoteleiro, é produzida uma grande quantidade de resíduos sólidos, que vão desde embalagens e restos de comida, até resíduos de limpeza e manutenção (JERONIMO, 2013). Para reduzir esses resíduos sólidos, os meios de hospedagem devem

buscar alternativas, como coleta seletiva e a redução do uso de produtos descartáveis, entre outros.

Quando se fala em redução de energia elétrica, Amazonas (2014) retrata algumas práticas, como: elevadores inteligentes, lâmpadas de baixo consumo, sensores de presença, televisores e ar condicionados de baixo consumo, sistema de desligamento automático por cartão, entre outros. Pois praticamente todas as atividades desenvolvidas e os serviços oferecidos pelos meios de hospedagem engloba consumo de energia.

Na busca de se avaliar e mensurar os níveis de gestão ambiental utilizados pelos meios de hospedagem tem-se o intuito de identificar se esses níveis são encontrados em uma área de preservação e quando adotados, se têm analogias ou discordâncias, procurando detectar o resultado desta gestão com o meio ambiente, levará por certo a uma compreensão da realidade local. Nesse sentido, seria oportuno ressaltar que o processo para o alcance da sustentabilidade leva, necessariamente, à formulação de estratégias que resultam em políticas ambientais (SILVA, SOUZA-LIMA, 2010).

A ABNT publicou a norma Meios de hospedagem - Sistema de gestão da sustentabilidade - Requisitos, que revisa a ABNT NBR 15401:2006, elaborada pelo Comitê Brasileiro de Turismo (ABNT/CB-54). Esta Norma especifica os requisitos relativos à sustentabilidade de meios de hospedagem, estabelecendo critérios mínimos específicos de desempenho em relação à sustentabilidade e permitindo que um meio de hospedagem formule uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos significativos (ABNT, 2006).

Respeitando os requisitos legais e racionais, referentes ao uso da água, uso da energia, preservação da flora e fauna nativas, gerenciamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos, seleção e uso de insumos, emissão de gases e ruídos, poluição visual, dentre outros.

"A norma busca normalizar os aspectos do sistema de gestão do empreendimento que constituem fatores-chave da sustentabilidade. Ou seja, não apenas controlar os impactos ambientais no meio natural, mas também buscar os resultados que irão propiciar ao empreendimento: a) contribuir ativamente para a conservação, a revitalização e a recuperação dos recursos naturais; b) buscar resultados econômicos com ética, contribuindo para a justiça social e a valorização das culturas locais; c) buscar a legitimidade política em termos de participação e transparência nos processos de decisão e representação comunitária; d) interagir com os integrantes da cadeia produtiva do turismo, de maneira a construir as condições operacionais para implementar sistemas de gestão da Sustentabilidade do turismo com abrangências setorial e geográfica"(ABNT, 2006).

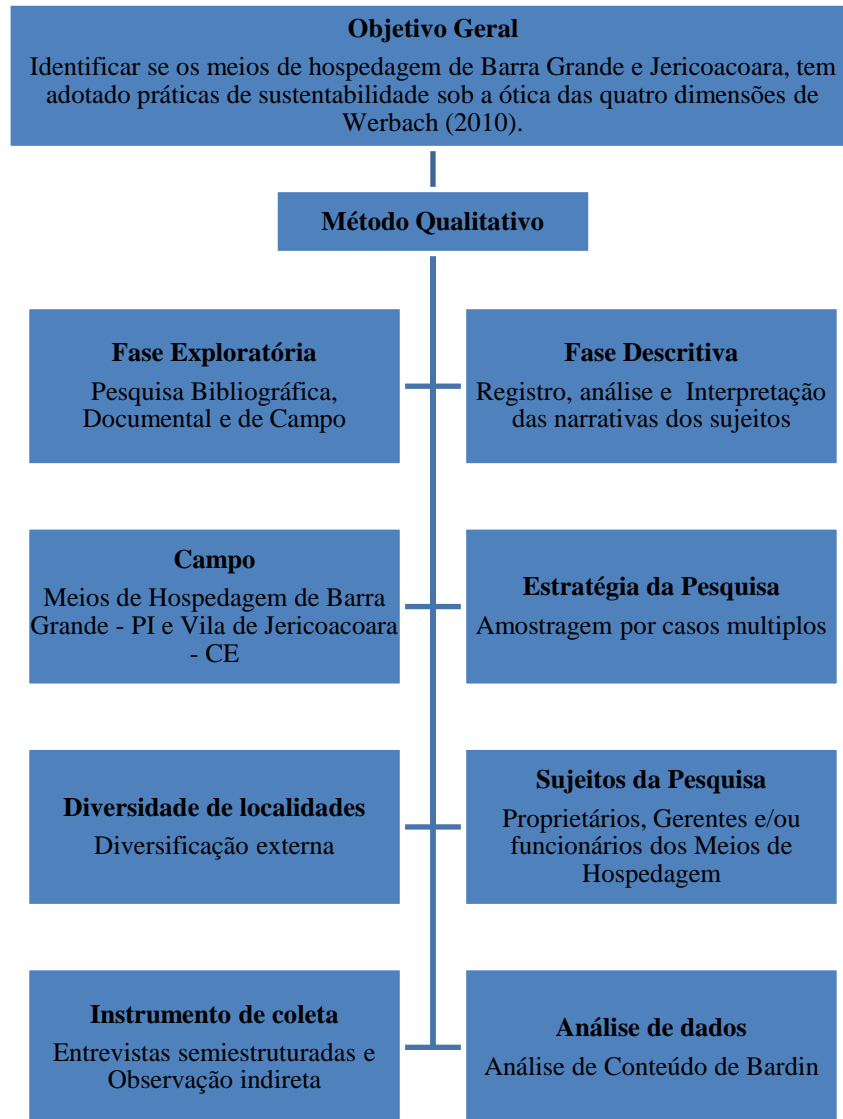
A norma apresenta os requisitos para os meios de hospedagem, no qual, pontua questões relacionadas a práticas sustentáveis que minimizem os efeitos dos impactos ambientais,

estabelecendo critério mínimos de desempenho acerca da sustentabilidade e permitindo que os empreendimentos formulem suas políticas.

### **3 METODOLOGIA**

Neste capítulo retrata-se a metodologia e suas técnicas utilizadas para atingir os objetivos propostos por esta pesquisa. Sendo o capítulo organizado com a descrição do tipo e a descrição geral da pesquisa, a caracterização da organização, os participantes da pesquisa e os critérios de seleção dos participantes, os instrumentos de pesquisa, procedimentos de coleta e de análise dos dados de acordo com esquema metodológico apresentado na Figura 7.

#### **Figura 7 - Esquema metodológico da pesquisa**



Fonte: Elaborado pela autora

Em vista do objetivo geral representado na figura 7, esta pesquisa foi desenvolvida a partir do método qualitativo, técnica que se baseia na análise de um nível da realidade não passível de quantificação, para o qual é necessário aprofundamento no mundo dos significados (MINAYO, 2010), tornando adequada pois apresenta a compreensão dos fenômenos sociais, em vista a fala dos sujeitos e suas vivências.

O uso desse método propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante o contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo aberto para perceber a individualidade e os significados múltiplos (YIN, 1999).

Na pesquisa qualitativa o objeto de estudo, segundo Flick (2009), é o fator determinante na escolha de um método, pois os objetos são estudados em sua complexidade e totalidade em seu contexto diário do trabalho. No caso específico desta pesquisa, buscou-se

compreender a práticas de sustentabilidade implantadas como ferramenta para o desenvolvimento sustentável na gestão dos empreendimentos.

A pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como exploratória-descritiva. Exploratória com o intuito de ampliar os conhecimentos e permitir uma maior proximidade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que ainda é pouco discutido na literatura. Essa fase é conduzida pela pesquisa bibliográfica, documental e de campo. E descritiva com o objetivo de coletar dados que mostrem a medição, a obtenção e a exposição de dados representativos de determinada situação ou fenômeno, contexto ou situação que ocorre (SAMPHERE; COLLADO; LÚCIO, 2012).

A pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (OLIVEIRA, 2011), sendo utilizado nos relatórios ambientais das Unidades de Conservação deste estudo. O trabalho de campo tem grande importância para a pesquisa qualitativa, pois permite a aproximação do pesquisador com a realidade sobre a qual formulou uma pergunta e estabelece uma interação com os “atores” que confrontam a existência do fato e, assim, constrói um conhecimento empírico com grande valor para quem faz pesquisa social (MINAYO, 2010). O campo de estudo desta pesquisa, são os meios de hospedagem instalados nas unidades de conservação da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba em Barra Grande – PI e o Parque Nacional de Jericoacoara em Vila de Jericoacoara – CE. A escolha do campo de pesquisa se deu de forma intencional, em virtude do alto fluxo turístico e por estarem inseridas em Unidades de Conservação – UC. A escolha dos empreendimentos que fazem parte da amostra foi feita a partir dos dados do Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBCMH).

Quanto à estratégia metodológica de pesquisa, foi utilizado o estudo de casos múltiplos, pois de acordo com Yin (2001, p. 32), é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Em outras palavras, o pesquisador poderá utilizá-lo quando deliberadamente quiser lidar com condições textuais que acredita ser altamente pertinentes ao fenômeno estudado.

O estudo multicase não permite generalização dos resultados para todo o universo, mas sim a possibilidade de previsão de resultados similares (“replicação literal”) ou a de produzir resultados contrários por razões previsíveis (“replicação teórica”), de modo semelhante ao método de experimentos (YIN, 1999, p. 69). Com isso o estudo de multicase tem se mostrado conveniente na identificação de três fatores: “fatores comuns a todos os casos no grupo escolhido; fatores não-comuns a todos, mas apenas a alguns subgrupos; e fatores únicos em caso específico” (BOYD; WESTFALL, 1987, p. 73).



Os estudos de casos múltiplos possibilitam o estabelecimento de comparações e são considerados mais convincentes e robustos (YIN, 2001). Nesta pesquisa, evidenciou-se o estudo por casos múltiplos, pois foram investigadas duas localidades: Praia de Barra Grande (Cajueiro da Praia - PI) e Praia de Jericoacoara (Jijoca de Jericoacoara - CE), buscando-se em cada uma a perspectiva das práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelos meios de hospedagem.

A diversificação de localidade será externa, pois segundo Pires (2008), é o critério de seleção utilizado para pesquisas que procuram, em geral, dar um panorama mais completo dos problemas ou situações que serão estudados a partir da questão de pesquisa escolhida, retratando diferentes casos para elaborar uma comparação entre o ponto de vista dos indivíduos em diferentes subculturas.

A pesquisa iniciou através de um levantamento dos meios de hospedagem estabelecidos na Vila de Jericoacoara (CE) e em Barra Grande (PI), através de consulta aos arquivos do Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), Secretaria da Fazenda e no site dos empreendimentos, para identificar e listar os dados e as informações pertinentes e necessárias que são o objeto deste estudo. Tais dados foram: nome do hotel, endereço e tipo de equipamento. Ressalta-se que no período de outubro a novembro de 2017, foram coletadas as informações e, em dezembro enviadas as correspondências aos hotéis, solicitando permissão para conhecer os citados estabelecimentos e iniciar as conversas preliminares.

Os sujeitos da pesquisa foram os proprietários, gerentes e funcionários dos meios de hospedagem; a definição do número de entrevistados obedecerá ao critério de acessibilidade. Consultados os dados do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem, foram abordados os empreendimentos, procurando abranger às sete categorias, a saber: Hotel, Resort, Hotel-fazenda, Cama-café, Hotel-histórico, Pousada e Flat/Apart Hotel, sendo um meio de hospedagem de cada categoria, nas duas áreas pesquisadas.

O instrumento de coleta de dados foi um roteiro semiestruturado de pesquisa, aplicado aos proprietários, gerentes ou funcionários dos meios de hospedagem, objetos de estudo, compondo uma série de perguntas, de modo a enfatizar a gestão da sustentabilidade, assim avaliando em como as empresas desenvolvem a questão ambiental. As entrevistas semiestruturadas são definidas como uma lista das informações que se deseja obter, entretanto a forma de perguntar e a ordem em que as questões são feitas se modificam de acordo com as características de cada entrevistado. Geralmente, essas entrevistas têm por base um roteiro de

acordo com o quadro teóricos, os objetivos e as hipóteses da pesquisa, constituído de “[...] uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.188).

Junto a entrevista foi desenvolvido também como técnica de coleta de dados a observação não-participante, que segundo Oliveira (2011), o observador entra em contato com o grupo, a comunidade ou a realidade estudada, porém, não se envolve, nem se integra a ela; permanece de fora. Com outras palavras, o observador presencia o fato, mas não participa dele (MARCONI e LAKATOS, 1996). Optou-se por unir essas duas técnicas, com o propósito de abranger a máxima amplitude na descrição, na explicação e na compreensão do objeto em estudo (TRIVIÑOS, 1987).

As entrevistas foram gravadas e transcritas e a análise dos dados feita através do método de análise de conteúdo de Bardin que, segundo retrata Minayo (2004), busca-se inferir os significados no contexto da fala, tentando ultrapassar a mera descrição da mensagem e assim atingir uma interpretação mais profunda. Como técnica, foi utilizada a análise temática de conteúdo, que “consiste em os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2004, p. 209), permitindo dividir o texto em categorias através de reagrupamentos analógicos. Dentre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação temática consiste na descoberta de um ou vários temas, numa unidade de codificação previamente determinada (BARDIN, 2011).

As categorias foram retiradas da literatura (Quadro 1), do modelo desenvolvido por Werbach (2010), sendo: dimensão econômica, social, ambiental e cultural, mas não foram desconsideradas as possíveis categorias que emergirem da pesquisa de campo.

**Quadro 1 – Análise de Conteúdo com categorias e subcategorias**

<i>Análise de Conteúdo</i>		
<i>Categorias / Dimensões</i>	Subcategorias	Eixos da entrevista semiestruturada
<i>Econômica</i>	Opera com lucro	A empresa planejou sua construção e crescimento A atividade econômica cresce com aumento do turismo A sazonalidade prejudica a oferta de trabalho Os funcionários são contratados com formalidade Atende a legislação ambiental (multas, penalidades) Premiação por gestão econômica ou ambiental
<i>Social</i>	Desenvolvimento de ações sociais internas	Implantação da CIPA Qualificação profissional Benefícios a colaboradores Educação ambiental

	Desenvolvimento de ações sociais externas	Condições de higiene, segurança e conforto Superpopulação em determinado período do ano Aumento de consumo de drogas lícitas ou ilícitas Diálogo entre os atores da UC
<i>Ambiental</i>	Protege o ecossistema  Restabelece o ecossistema	Desenvolvimento de práticas de recuperação ambiental Redução de consumo de energia Redução de consumo de água Reutilização de água Informativos de orientação de consumo Coleta seletiva do lixo Tem implantado práticas de baixo consumo O projeto previu uso do ambiente natural
<i>Cultural</i>	Valorização a diversidade cultural  Protege a diversidade cultural	Contrata pessoas do entorno para trabalhar Usa moveis regionais A vegetação é do entorno Costumes ou tradição foram afetados pelo turismo Está implementado ações de valorização da cultura local Os nativos fornecem insumos ou serviços

Fonte: Elaborado pela autora

É importante salientar que, para auxiliar na análise de dados foi usado o *software* Atlas/Ti. A utilização deste *software* é indicada para pesquisas qualitativas, sendo essencial por ajudar o pesquisador a organizar, registrar e acompanhar grandes quantidade de dados textuais, permitindo sua análise e codificação, proporcionando assim a inferência dos resultados e conseqüentemente gerar informações que serão oportunas e necessárias para responder a questão de pesquisa do citado estudo.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, foram analisados e discutidos os resultados que exteriorizaram do campo empírico, advindos das entrevistas realizadas com os meios de hospedagem, almejando atender aos objetivos específicos da pesquisa. Está dividido em três partes, sendo elas, Caracterização dos Meios de Hospedagem e dos Entrevistados Pesquisados, Dimensões e Práticas da Sustentabilidade e Comparação dos locais estudados.

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM E DOS ENTREVISTADOS PESQUISADOS

Dentre os dez meios de hospedagem entrevistados, metade pertencia a Barra Grande - Piauí e a outra metade a Vila de Jericoacoara – Ceará, sendo identificados como podemos observar no Quadro 2: H01 Hotel Barra Grande; H02 Hotel Jericoacoara; R01 Resort Barra Grande; CC01 Cama e Café Barra Grande; CC02 Cama e Café Jericoacoara; P01 e P02 Pousada em Barra Grande; P03 e P04 Pousada em Jericoacoara; FA01 Flat-Apart em Jericoacoara.

**Quadro 2 – Sistema de Identificação dos Meios de Hospedagem Pesquisados**

Meios de Hospedagem	Barra Grande - PI	Jericoacoara – CE
<b>Hotel</b>	H01	H02
<b>Resort</b>	R01	-
<b>Hotel Fazenda</b>	-	-
<b>Cama e Café</b>	CC01	CC02
<b>Hotel histórico</b>	-	-
<b>Pousada</b>	P01 e P02	P03 e P04
<b>Flat-Apart</b>	-	FA01

Fonte: Elaborado pela Autora

De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem - SBCMH, em Barra Grande identificou-se os tipos: Hotel; Resort; Cama e Café; e Pousada. Em Jericoacoara se identificou: Hotel; Cama e Café; Pousada; e Flat-Apart, os demais tipos de meios de hospedagem não foram encontrados na região de acordo com o que caracteriza o SBCMH. Sendo que a P02, também pode ser considerada Flat/Apart pois apresenta no seu interior esse tipo de hospedagem, mas a sua maioria de quartos é no modelo Pousada. Hotel fazenda e Hotel histórico não tem na região. E Jericoacoara tem um estabelecimento com o nome Resort, mas que não se enquadra nas especificações do SBCMH.

Com isso iremos identificar agora as informações gerais sobre os meios de hospedagem selecionados para a pesquisa. De acordo com a Tabela 1, quanto ao porte dos meios de hospedagem, apesar de estarem em classificações distintas, podemos constatar que 70% deles estão na categoria abaixo de 50 leitos. O que pode identificar estabelecimentos que privilegiam a qualidade do serviço prestado. Também pode significar que as grandes cadeias ainda não ocupam, de forma significativa, esses mercados, permitindo a atuação de menores empreendimentos.

**Tabela 1 – Caracterização dos Meios de Hospedagem Pesquisados**

Sigla	Local	Porte do MH	Tempo de Existência do MH	Número de Funcionários	Público que mais frequenta
H01	PI	<50	<2	11-20	TN
H02	CE	51-100	3-5	>30	TI E TN
R01	PI	<50	3-5	11-20	TN
CC01	PI	<50	<2	<10	TI E TN
CC02	CE	<50	6-9	<10	TI E TN
P01	PI	51-100	>10	>30	TN E TI
P02	PI	<50	3-5	21-30	TN
P03	CE	<50	>10	<10	TN
P04	CE	<50	>10	>30	TI E TN
FA01	CE	>100	3-5	>30	TN

(Identificação das abreviações: MH Meios de Hospedagem; TN Turismo Nacional; TI Turismo Internacional)

Fonte: Elaborado pela autora.

Também podemos observar que 60% dos meios de hospedagem estão em funcionamento entre dois anos a cinco anos, o que pode classifica-las como empresas novas, sendo que quatro deles podem ser considerados empresas maduras.

Quanto ao público que mais frequenta os meios de hospedagem, 67% é de turistas nacionais e 33% de turistas internacionais, o que permite a constatação de que o turismo nacional compõe o turismo habitual das duas regiões do estudo. Segundo o SEBRAE em 2011 a Rota das Emoções era comercializada como destino turístico por 15 operadoras nacionais, já no final de 2015, subiu para 65 operadoras nacionais e internacionais (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018), o que indica o aumento do turismo internacional nessas regiões, uma das explicações é por ambos os locais estarem na Rota das Emoções, roteiro esse divulgado internacionalmente com o intuito de reunir belezas naturais e atrações turísticas.

O SEBRAE desenvolveu um sistema de classificação das empresas segundo o número de funcionários, como pode verificar na Tabela 2, podemos inferir que 70% são empresas de pequeno porte pois todos têm abaixo de 49 empregados (H01, H02, R01, P01, P02, P04 e FA01), e 30% são microempresas (CC01, CC02 e P03). Com o somatório de funcionários dos locais pesquisados e da divisão pelo número total de locais entrevistados, constatou-se que a média é de 23 colaboradores por meio de hospedagem, verificando-se significativa geração de emprego e renda.

**Tabela 2 – Sistema de Classificação de Empresas pelo Número de Empregados.**

Porte/Setor	Número de Empregados (X)
Microempresas	$X \leq 9$
Empresas de Pequeno Porte	$10 \leq X \leq 49$

<b>Empresas Médias</b>	$50 \leq X \leq 99$
<b>Empresas Grandes</b>	$X \geq 100$

Fonte: SEBRAE(2017)

Quanto ao perfil dos entrevistados, o que pode ser mais bem visualizado na Tabela 3, ficando evidente que na gestão dos meios de hospedagem, preponderam gestores com formação superior. A predominância da faixa etária entre 25 a 47 anos indica maturidade dos gestores.

**Tabela 3 – Perfil do Entrevistados nos Meios de Hospedagem.**

<b>Sigla</b>	<b>Local</b>	<b>Idade</b>	<b>Função no MH</b>	<b>Formação</b>
<b>H01</b>	PI	>47	GERENTE	PÓS GRADUADO
<b>H02</b>	CE	36-46	COMERCIAL	PÓS GRADUADO
<b>R01</b>	PI	>47	PROPRIETÁRIO	PÓS GRADUADO
<b>CC01</b>	PI	25-35	PROPRIETÁRIO	PÓS GRADUADO
<b>CC02</b>	CE	>47	PROPRIETÁRIO	PÓS GRADUADO
<b>P01</b>	PI	36-46	GERENTE	GRADUADO
<b>P02</b>	PI	25-35	GERENTE	GRADUADO
<b>P03</b>	CE	36-46	RECEPCIONISTA	ENSINO MÉDIO
<b>P04</b>	CE	25-35	RECEPCIONISTA	ENSINO MÉDIO
<b>FA01</b>	CE	25-35	GERENTE	GRADUADO

Fonte: Elaborado pela Autora

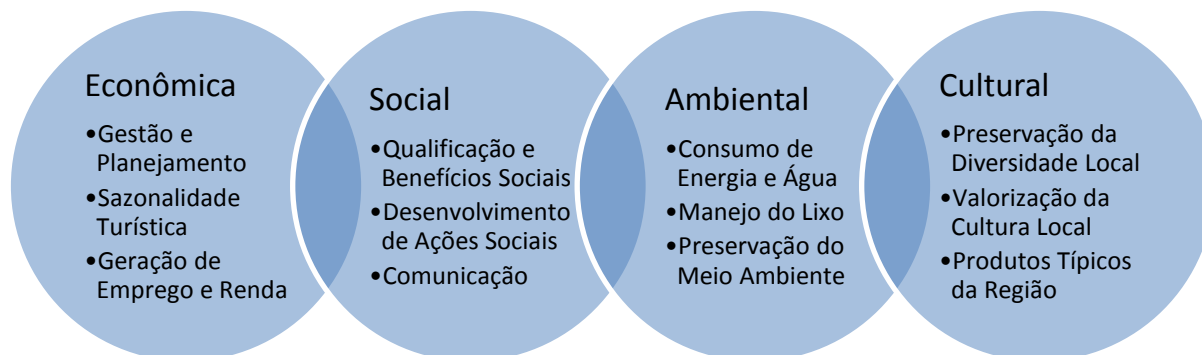
Apenas em dois meios de hospedagem do Ceará, que estavam pré-selecionados para serem objetos do estudo, não conseguimos entrevistar os proprietários e nem os gerentes, que inicialmente aceitaram, mas que acabaram informando a impossibilidade de serem respondentes. Nesses casos, foram indicados os recepcionistas como respondentes. Estes entrevistados apresentaram a formação de Ensino Médio, evidenciando a dificuldade em encontrar pessoas com ensino superior para essas funções, possivelmente pelo nível salarial oferecido.

## 4.2 DIMENSÕES E PRÁTICAS DA SUSTENTABILIDADE

As entrevistas em profundidade realizadas nos meios de hospedagem permitiram identificar as categorias descritas anteriormente na metodologia, sendo: econômica, social, ambiental e cultural, entretanto emergiram do campo outros temas diferentes ao modelo de Werbach (2010). Sendo os temas, de acordo, com a Figura 8: Gestão e Planejamento; Sazonalidade Turística; Geração de Emprego e Renda; Qualificação e Benefício Sociais; Desenvolvimento de Ações Sociais; Comunicação; Consumo de Energia e Água; Manejo do

Lixo; Preservação do Meio Ambiente; e Preservação da Diversidade Cultural, conforme as figuras 9, 10, 11 e 12.

**Figura 8 – Categorias e Temas da Análise de Bardin**



Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.2.1 Categoria Econômica

A categoria *Econômica* apresenta três subcategorias, conforme Figura 9, sendo a primeira Gestão e Planejamento, contextualizada através das falas, como:

*A empresa foi planejada antes da sua construção, já que ela funciona como um conde-hotel, no qual tem sócios investidores, e nos preocupamos em atender a legislação. (H01)*

*A empresa teve toda a sua construção planejada, nós fizemos cursos e viajamos o Brasil inteiro conhecendo outros lugares, antes de iniciarmos a construção por aqui e procuramos atender a legislação tendo em vista a nossa ideologia pela ecologia, por se desenvolver, mas ter a preocupação ambiental, e não temos premiações nessa área, mas o nosso interesse é a permacultura, pois não estamos a procura de nenhum prêmio. (CC01)*

*A Pousada teve toda a sua construção planejada, buscando preservar a experiência da Jeri original, descoberta pelo grupo de kitesurfistas que se inspiraram para criar a arquitetura e o design, no qual, tem 5 mil m<sup>2</sup> de coqueiros e cajueiros preservados à beira mar e foi construída com madeiras de reflorestamento e materiais que homenageiam a região, como, o cumaru, a maçaranduba, eucalipto, palha de carnaúba, tijolos de argila vermelhos e vigas e até as cascas de coco reaproveitadas do jardim. E o pensamento, desde o início, foi atender a legislação e trabalhar o desenvolvimento sustentável, visto que temos um selo sustentável ECO Lideres Platinum, de 2016, da Tripadvisor. (P04)*

**Figura 9 – Categoria Econômica**



Fonte: Elaborado pela autora.

Para Felix e Santos (2013) arquitetura sustentável, é também denominada de arquitetura verde, ou, ainda, ecoarquitetura, e consiste em uma postura na prática profissional da construção civil que valoriza as percepções do homem quanto ao ambiente, considerando, também, a nova tendência social à sustentabilidade. Segundo Amazonas (2014), o momento de elaboração do projeto arquitetônico e de escolha dos materiais, tecnologias e todos os pormenores do projeto podem mudar toda a dinâmica do hotel. Podendo inclusive gerar a redução de gastos futuros, e a melhoria em uma série de áreas como a eficiência energética, a diminuição de gastos com água, a diminuição dos impactos ambientais do meio de hospedagem, entre outros.

A subcategoria *Sazonalidade Turística*, também está presente nas falas dos respondentes de meios de hospedagem:

*Com certeza, ainda mais que a empresa tem todo esse tempo, o dono pegou toda essa transição de baixo turismo para um grande aumento, e com isso o retorno financeiro. Mas a nossa empresa nunca o foco foi o crescimento, e sim trabalhar com poucos hóspedes, mas com algo mais próximo dos clientes (...) e nós conseguimos manter a equipe normal, já que não são tantos leitos, e preferimos a qualidade do que a quantidade (P03).*

*Comecei apenas recebendo amigos no resort, e rapidamente foi sendo divulgado, e desde então tem aumentado, e muito, o fluxo. Com isso a atividade econômica também está crescendo e a nossa equipe é fixa (R01).*

*Jeri de 8 anos atrás era muito diferente de hoje, e a atividade econômica só vem crescendo junto com o turismo. Agora foi colocada uma taxa de turismo sustentável, que talvez prejudique a nossa atividade, por que o hóspede que vem para o hostel vai ter mais uma taxa para pagar, e normalmente quem procura os nossos serviços,*



*vem procurando economizar, mas vamos ver o que vai dar. E a sazonalidade não afeta, pois temos uma equipe pequena (CC02).*

A subcategoria Sazonalidade Turística nos mostra que o crescimento do turismo na região nordeste trouxe aumento das atividades turísticas, o que implica um aumento na preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento. A baixa do turismo na sazonalidade turística impacta no desligamento dos contratados na alta estação, o que já acabou sendo incorporado tanto para comunidade como para o meio de hospedagem, essa prática contribui com a viabilidade econômica. Barbosa (2005), por exemplo, relata que o turismo, sendo capaz de causar desenvolvimento aos municípios, deve privilegiar as questões social e ambiental, e fazer da questão econômica apenas uma consequência.

Quanto à subcategoria *Geração de Emprego e Renda*, temos algumas falas, como:

*Isso, todos tem carteira assinada e no período de alta temporada, sempre contratamos mais funcionários, temporariamente (P02).*

*Temos uma equipe grande e todos com carteira assinada. No período de baixa temporada, fechamos um mês para dar férias a todos e no período de alta temporada, contratamos mais alguns temporários para suprir a demanda que é alta (P04).*

*Todos têm carteira assinada e no período de alta temporada a oferta de trabalho aumenta, tendo em vista a necessidade de contratação de temporários para o cargo de garçom e camareira (FA01).*

Os destinos turísticos atraem os meios de hospedagem, que gera o fortalecimento da economia local, a qualificação da comunidade, o crescimento das oportunidades de trabalho, emprego e renda. Isso indica a importância socioeconômica do setor, justificando o fomento ao Turismo Sustentável (Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável, 2002).

#### **4.2.2 Categoria Social**

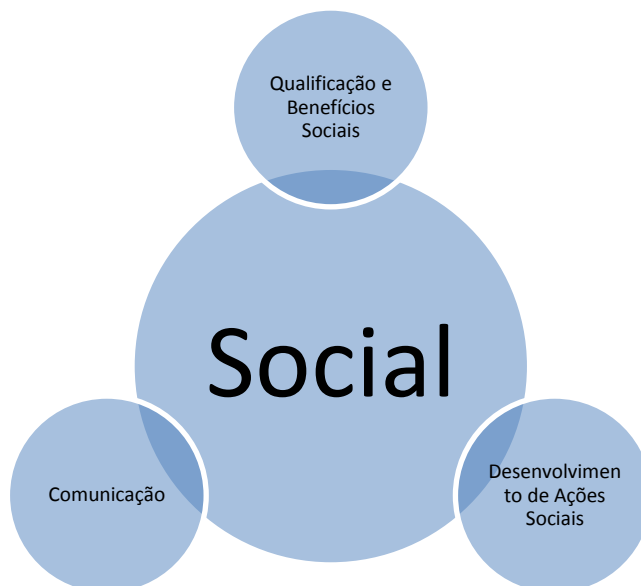
A categoria *Social*, que emergiu da fala dos meios de hospedagem, apresenta três subcategorias, conforme Figura 10, sendo a primeira, *Qualificação e Benefício Sociais*, da qual percebe-se na fala dos entrevistados, como:

*Todos passaram por um treinamento inicial, e estão sendo reciclados novamente, e os benefícios são a alimentação e os uniformes (H01);*

*Todas as pessoas que trabalham com a gente, passou (SIC) ou vai passar por capacitação profissional, e ao assumir o cargo o funcionário sempre passa por um treinamento e os benefícios são apenas o da carteira assinada (P04);*

*Sempre estamos em contato com o Sebrae, ele vem aqui, o proprietário paga uns cursos. Já tivemos curso de atendimento ao cliente, as camareiras também já fizeram curso. Teve esse curso dos bombeiros e benefício não oferece (P01).*

**Figura 10 – Categoria Social**



Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo a ABNT NBR:15401 (2006), os empreendimentos devem promover ações de capacitação profissional, de modo que pessoas das comunidades locais ou regionais possam obter trabalho diretamente no empreendimento ou pela ativação de cadeias produtivas regionais. Podemos observar, na fala dos entrevistados, que a maioria já passou ou vai passar por alguma capacitação. Quanto a benefícios, em geral, isso se limita à assinatura da Carteira do Trabalho, o que, de fato, é apenas o cumprimento da obrigação legal. Outro ponto verificado dessa subcategoria, é que em algumas situações os meios de hospedagem preferem pessoas com experiências ou por indicação, como é o caso dessas falas:

*Já contratamos com a indicação de conhecidos de que a pessoa tinha experiência e era de confiança (CC01).*

*Normalmente, pegamos pessoas que já tenham experiência no cargo (CC02).*

*Na realidade, o que eu aprendi já foi no decorrer, já trabalhando. E os outros não tiveram treinamento. Eles procuram pegar pessoas com alguma experiência (P03).*

No meio de hospedagem do Piauí, foi observado que os proprietários ensinam o funcionário quanto às suas obrigações. Já nos meios de hospedagem do Ceará, isso pode

ocorrer por dificuldade em encontrar empresas que façam treinamento na região, já que é difícil o acesso a esses prestadores de serviço.

A subcategoria Desenvolvimento de Ações Sociais, emergiu da fala dos entrevistados, como:

*Bom... eu não sei da existência dessa Sigla, mas a empresa assegura a prevenção de acidentes, pois a partir do momento que todos os funcionários têm a carteira assinada, nós somos assegurados e sobre a política de educação ambiental, no regimento interno existe itens relacionados a educação ambiental que todos os colaboradores têm conhecimento, mas palestra e cursos não (P02).*

*Não nos enquadramos na cota de funcionários, mas já elaboramos a proposta com o treinamento dos colaboradores sobre o uso do extintor, e quanto à política de educação ambiental fizemos um treinamento pelo SEBRAE que esse assunto foi um dos temas (H01).*

*Eu acho que não, não conheço. Temos uma política ambiental que tentamos sempre trazer essas ações para os hóspedes, através de informativos no quarto, no site ou mesmo pelos colaboradores (P04).*

Quanto às práticas de desenvolvimento de ações sociais, podemos observar que esses foram os únicos meios de hospedagem a retratarem algo. Os demais ou não atingem a cota de CIPA, ou não sabem informar. Já sobre a política de educação ambiental, na sua maioria apenas desenvolvem algumas ações relacionadas ao meio ambiente, sem ter uma política efetivamente implantada. Segundo Valle (2002), com base na Política Ambiental, deverão ser elaboradas diretrizes e normas internas, de conhecimento de todos os empregados diretos, observando entre os meios de hospedagem entrevistados o P02 e o P04, apresentam Políticas Ambientais de conhecimento dos colaboradores, e tentam repassar esse pensamento ao hóspede. Para Moraes (2008) a educação ambiental deve ser implementada de forma a agregar valor ao sistema de gestão ambiental, com uma visão social e ambientalmente correta, extrapolando essa visão para fora dos muros da empresa, por meio dos hóspedes.

Comunicação é a última subcategoria da Categoria Social e foi recorrente nas falas dos representantes dos meios de hospedagem ao relatarem a dificuldade de comunicação com os atores das Unidades de Conservação, como pode ser percebido:

*Não, eles apenas nos chamaram para uma reunião de última hora, para informar sobre a taxa de turismo sustentável, sem sequer nos ouvir, enquanto proprietários (CC02).*

*Pelo que foi relatado pelo proprietário, não. Tivemos contato apenas com a prefeitura, por conta dos alvarás (H01).*

*Tem não, aqui é muito cada qual por si (P03).*

Ribeiro (2017, p. 83) retrata que uma dificuldade particular das ações pela “gestão da APA Delta do Parnaíba são os poucos recursos financeiros; e do Parque Nacional de Jericoacoara está no desentendimento – ou pouco entendimento – dos moradores da Vila de Jericoacoara sobre o papel do ICMBio, pois o parque não abrange a vila, o que implica responsabilidade direta da prefeitura do município de Jijoca de Jericoacoara sobre a vila. Essa falta de clareza resulta no envio de demandas inadequadas à gestão da UC e, conseqüentemente, num mal-estar dos moradores para com o ICMBio, por acreditarem que esse não está cumprindo suas atividades.”

Com isso podemos relatar que na fala dos respondentes fica claro a ausência de ações que divulguem no Parque Nacional de Jericoacoara quais as responsabilidades de cada órgão, no caso ICMBio e Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara, o que evidencia pouca comunicação entre os órgãos gestores e os meios de hospedagem.

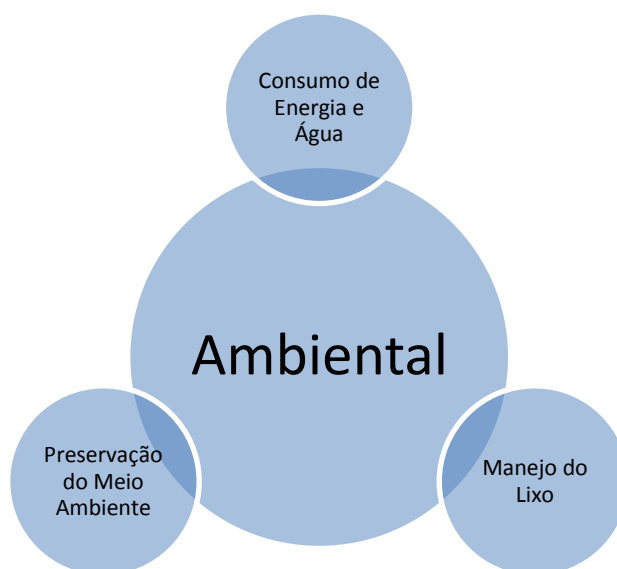
As falas dos respondentes dos meios de hospedagem retratam que o ICMBio se preocupa mais com coisas erradas que acontecem na região – por exemplo, o descarte irregular de resíduos ou o acesso de carro na praia – e isso porque alguém denunciou, mas não como prevenção, como palestras e reuniões sobre educação ambiental ou sobre a importância das unidades de conservação e sua valorização, como é relatado por esse representante de meio de hospedagem:

*A gente tem alguns contatos com algumas pessoas do ICMBio, mas bem pontuais. Dificilmente alguém consulta o ICMBio para tomar alguma ação, é mais quando tem alguma coisa errada na região, que a gente acaba acionando para ver o que pode ser feito (CC01).*

### **4.2.3 Categoria Ambiental**

De acordo com Lunkes e Rosa (2012), para o setor hoteleiro promover o desenvolvimento sustentável, faz-se necessário solucionar demandas dos hóspedes, com eficiência no desempenho econômico, progresso social e práticas ambientalmente responsáveis. Para Shanti (2016), o objetivo das práticas sustentáveis ambientais para os equipamentos hoteleiros é reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, o consumo de água, o impacto das operações diárias no meio ambiente, gerando eficiência energética.

### **Figura 11 – Categoria Ambiental.**



Fonte: Elaborado pela autora

Na Categoria *Ambiental* agruparam-se três subcategorias, conforme Figura 11, sendo a primeira *Consumo de Energia e Água*, emergindo das falas dos respondentes dos meios de hospedagem:

*Aqui a gente não tem ar condicionado, tem uma arquitetura que ela é toda bioconstruída, tentando aproveitar o máximo da ventilação natural, fazemos uso de técnicas conhecidas como ventilação cruzada, evitando assim o uso de ar-condicionado; temos paredes de barro ou terra crua, que regula a umidade e estabiliza a temperatura dos ambientes, gerando um conforto térmico; temos o telhado verde sobre a cozinha, garantindo uma boa proteção ao sol, deixando o ambiente sempre fresco, e também não temos frigobar no quarto, uma série de coisas que acabam aumentando o consumo de energia. E a água a gente tem um sistema de reutilização de água, então toda a água de banho e torneira a gente filtra essa água, ela passa por três filtros, e depois passa por uma zona de raízes e depois a gente joga ela para uma caixa de reuso e essa água de reuso é usada para aguar as plantas do jardim e para as descargas dos banheiros. Temos um descarte ecológico do esgoto, pois utilizamos a Bacia de Evapotranspiração e dessa forma não poluímos o lençol freático e nem os poços de água da região; a gente tem informativos nos banheiros, na porta dos boxes sempre tem algum procedimento para economizar água na hora do banho, porque aqui na região é bem escassa, então a gente sempre tem isso. Ah e na parede do banheiro está pintado o Fluxo de Água do Hostel (CC01).*

*Dispomos de quartos com cartão de desligamento de luz, torneira com sensor, uso de gerador de energia, vasos com dois fluxos, lâmpadas de LED, quanto a água fazemos o reaproveitamento da água da piscina e do ar condicionado para molhar o jardim. Dispomos apenas de informativos quando o hóspede não quer que troque a toalha. Estamos com uma equipe do Sebrae, que vai dar início agora em janeiro em treinamentos da equipe administrativa nessa área (H01).*

*Desenvolvemos o monitoramento de consumo de energia elétrica com registro em planilhas para controle e os funcionários estão atentos, quando o hospede deixa o ar condicionado ligado, procuramos orientá-los a desligar. Quanto a água uma das*

*iniciativas foi a implantação de um sistema que trata 100% do esgoto gerado na pousada, destacando um dos pilares da sustentabilidade. O projeto, implantado no final de junho de 2015, contempla novas iniciativas de lidar com a contaminação do meio ambiente por meio do descarte do esgoto do empreendimento. Com um grande investimento, a estação de tratamento é composta por caixa de separação líquido-sólidos e gordura, reatores aeróbicos, sistema de decantação, sistema de filtração, desinfecção por ultravioleta e sistema de remoção de nutrientes (NPK) por meio do uso de raízes de plantas. E toda a água utilizada na pousada, como para banho, por exemplo, proveniente de sanitários e da cozinha, é tratada na estação, sendo que esse volume de água tratada varia de acordo com a ocupação da pousada. O sistema implantado pela GREEN TECH Engenharia Ambiental LTDA., e operado por colaboradores da Pousada tem a estratégia de fortalecer a preocupação com o meio ambiente. E hoje, além do sistema de tratamento de água, a Pousada conta também com placas solares que aquecem a água dos chuveiros. Todos esses investimentos geram uma grande economia de água e de energia elétrica, contribuindo com a proteção do meio ambiente. Quanto aos informativos: temos sim, tanto para os hóspedes como para os colaboradores de nossa missão e Política de Sustentabilidade, tenho até um aqui mesmo, em todos os quartos por trás da porta tem esses informativos e também temos o controle de troca de enxoval a cada 03 dias e toalhas de banho a cada 02 dias (P02).*

*As práticas que desenvolvemos para a redução do consumo de energia, é que os nossos quartos foram construídos com materiais locais permitindo a entrada de luz e ventilação natural, não sendo necessário o uso de ar condicionado na maioria do quartos, além de painéis solares, que ajudam a reduzir o gasto de energia. Quanto a água nos reutilizamos a da piscina através de filtragem, para as caixas de descargas do restaurante e para molhar as plantas. E sobre os informativos, temos tanto para os hóspedes como para os colaboradores na recepção e em todos os quartos e temos cartões que o hospede informa se quer ou não a troca da toalha (P04).*

Podemos perceber que nesta subcategoria os meios de hospedagem CC01, H01, P02 e P04 desenvolvem diversas práticas de redução de consumo de energia e água, além do uso de informativos de consumo (ações estas vistas na observação não participante). Os demais meios de hospedagem também desenvolvem práticas de redução de consumo, mas tendo uma proporção bem menor em relação aos já citados acima. A redução do consumo de energia ou seu uso racional podem trazer uma importante economia às empresas envolvidas, tanto de ordem ambiental como financeira (SANTOS; SOUZA; BARBOSA, 2005). Para Felix e Santos (2013), se o meio de hospedagem praticar consumo sustentável, fazendo o uso de bens e serviços com respeito aos recursos ambientais, irá garantir o atendimento das necessidades das presentes gerações, sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações.

A segunda subcategoria é o *Manejo do Lixo*, tema este que gerou dois tipos de visões dos meios de hospedagem, como podemos observar nestas falas:

*Fazemos a coleta seletiva do lixo e encaminhamos o material que pode ser reciclado para uma cooperativa local, assim como o óleo da cozinha do restaurante é armazenado e entregue separadamente na coleta do lixo (P04).*

*Adotamos práticas de coleta seletiva de lixo, fazemos a compostagem do lixo orgânico e o que pode ser reciclado, nós levamos para o aterro controlado em Parnaíba, as bebidas do estabelecimento são de vidros retornáveis e não vendemos embalagens individuais de água plástica, nos solicitamos a contribuição dos hóspedes para comprar os garrafões de 20 litros de água retornável, com isso há uma produção mínima de lixo e contribui para a preservação da natureza (CC01).*

*Adotamos a coleta, mesmo a gente sabendo que daqui para fora não é, nem Parnaíba faz e nem Teresina. Na verdade, teve uma reunião sobre o lixo ontem, lá na colônia dos pescadores, mas eu não consegui participar, e foi falada da situação preocupante que está, os próprios moradores jogam o lixo no salgado, ali na frente, bem na hora que você está entrando na pousada. E no período de baixa temporada, ainda tem muitas queimadas de folhas, de lixo, porque sempre sinto a fumaça (P01).*

Os meios de hospedagem: H02, H01, CC02, P02, FA01 e P03 separam apenas o lixo que pode ser reciclado, o restante vai misturado. E o único que não faz coleta seletiva e reciclagem do lixo é o R01. O que evidencia que, nesse aspecto, ainda carece muito de boas práticas, uma vez que a coleta seletiva e reciclagem do lixo, deveriam fazer parte de forma sistêmica na gestão dos meios de hospedagem instalados em unidade de conservação.

Com isso, Amazonas (2014) retrata a importância dos meios de hospedagem na participação da gestão de resíduos urbanos, que quando os enviam para cooperativas, reduzem a quantidade enviada aos lixões e contribui para a redução de impactos ambientais, além de colaborar com o trabalho de famílias que compõe as cooperativas e que sobrevive com a venda dos materiais recicláveis. Santos, Souza e Barbosa (2005) também relatam o cuidado com a destinação desses resíduos, pois alguns estabelecimentos, incluindo hotéis, jogam resíduos líquidos nos rios e lagos e isso pode ser prejudicial à saúde da população local e ao meio ambiente.

A última subcategoria desta categoria analisada é a *Preservação do Meio Ambiente*, que foi unanime na fala de todos os meios de hospedagem:

*É uma pousada construída com materiais naturais típicos da região, localizada na beira da praia, sob a sombra de um imenso bosque de coqueiros, fazendo uso da ventilação e iluminação natural, com cômodos distribuídos de maneira que provoca total integração entre o meio ambiente e os hóspedes, quanto a recuperação ambiental, o doutor é muito preocupado com essa parte, que além dele gostar da natureza, e da pousada ter bem essa característica de praia mesmo, com uma arquitetura bem rústica, eu acredito que ele tentou modificar o mínimo possível e colocar o máximo possível de verde no ambiente. (P01)*

*Procuramos alinhar os quartos de frente para o mar, para aproveitar a ventilação e a iluminação natural, além da belíssima vista. Quanto as práticas de recuperação ambiental, a empresa prioriza a não retirada da vegetação original que são os coqueiros e cajueiros, e o pouco que retiramos, plantamos outros na parte da frente do hotel, como você pode ver, e trouxemos ainda outras plantas para deixar o ambiente mais verde. (H02)*

*Construímos os quartos de frente para o mar ou para o jardim, para aproveitar a ventilação e a iluminação natural, além de proporcionar uma vista inigualável para o hóspede, temos portas e janelas de vidros, o que possibilita a passagem de luz, assim como dispomos de cortinas para o hóspede controlar essa quantidade de luz que passa, sobre a recuperação ambiental, priorizamos em manter os coqueiros centenários da região, e trazer mais vegetação, como grama e outras plantas, para tornar o ambiente agradável aos olhos. (FA01)*

Os outros meios de hospedagem relataram que também priorizaram a ventilação e iluminação natural. Já nas práticas de recuperação ambiental, os que tinham vegetação original priorizaram não retirar. E quando se fazia necessária a remoção, plantava mais em outro local. Assim como os que apresentavam pouca vegetação antes da construção, trouxe mais para tornar o lugar mais agradável. A construção sustentável com uso da ventilação e iluminação natural agrega benefícios ambientais que traduzem em ganhos econômicos, de redução de custos e manutenção das edificações (CASADO, 2010).

#### **4.2.4 Categoria Cultural**

A Categoria Cultural apresenta três subcategorias, conforme Figura 12, sendo a primeira *Preservação da Diversidade Local*, que emergiu nas falas dos representantes dos seguintes meios de hospedagem:

*Aumentou a renda da população da região. (CC02)*

*Não, com certeza o impacto é grande, a transformação de uma vila de pescadores para um destino turístico é um impacto bastante grande. A realidade da Barra Grande em dez ou quinze anos atrás mudou drasticamente e em diversos aspectos, coisas boas que o turismo trouxe e muitas outras coisas que já não são tão legais que você já falou da violência da droga e essa desigualdade social. Que é uma coisa que a gente se preocupa bastante aqui, é o de sempre estar integrado a comunidade e tá tentando ver o lado de quem nasceu aqui, e não o lado de quem está chegando de fora é quer modificar o ambiente. A gente quer ajudar e estamos juntos com eles para somar. (CC01)*

*Não, quando a empresa foi instalada, houve toda uma preocupação em nos inserirmos na comunidade local e conhecermos seus desafios e saberes, onde tudo o que fazemos leva isso em conta. (P04)*

#### **Figura 12 – Categoria Cultural**





Fonte: Elaborado pela autora

A outra parte de meios de hospedagem pesquisados não sabe dizer se houve a preservação da diversidade local e se os costumes e tradição foram afetados pela chegada dos meios de hospedagem. Segundo Santos, Souza e Barbosa (2005) o desenvolvimento da hotelaria em consonância com o respeito à sustentabilidade, particularmente a preservação do meio ambiente e da cultura local é um dos principais desafios para os planejadores hoteleiros da atualidade. Com isso podemos perceber a dificuldade que os meios de hospedagem têm em identificar sua interferência na cultura local.

Dentro da Categoria Cultural, a segunda subcategoria que emergiu do campo é a Valorização da Cultura Local, o que foi bem relativo para cada estabelecimento:

*Temos como prioridade à contratação de mão de obra local, mas existe pessoas de cidades circunvizinhas, valorizamos a prática do kitesurfe, que é algo já da região. Fazemos divulgação e valorização da cultura local por meio de redes sociais. Apoia e patrocina eventos de cunho sociocultural e entidades locais. Divulgamos o artesanato local, expondo os produtos e informando sobre centros artesanais existentes na região. E o hospede também pode saborear das especialidades regionais do nosso Menu. E priorizamos a aquisição de produtos de fabricação local para abastecimento das diversas áreas da Pousada mas os nativos conseguem fornecer em torno de 20% de insumos, o restante é comprado fora (P02).*

*Sempre gente aqui da região, inclusive já veio currículo de gente de fortaleza, de são Paulo e ele não contratou, nós somos todos aqui da região. Sempre retratamos ao turista, que todas as ruas são de areias, que ele pode ir a todo local caminhando. Retratamos o forró pé de serra que tem todas as segundas. E compramos pães, bolos, horte fruta, tudo aqui na região mesmo (P03).*

*É uma pessoa nascida aqui. A gente participa da criação de um projeto, Projeto Flor da Vida, é um projeto que nasceu aqui no hostel, mas que tem várias pessoas*

*que fazem parte desse projeto, que é de Educação para as crianças da comunidade, esse projeto já está ativo, já existe ações educacionais com as crianças aqui na praça, até no próprio colégio mesmo. Mas o espaço flor da vida ainda não está pronto, mas para daqui um ano a dois anos, mas as ações sempre envolvendo educação e comunidade e resgate da cultura local, isso já está acontecendo. Sim, não tem tudo, a gente depende muito dos itens do mercado, mas a gente tá tentando comprar o queijo, do cara que faz o queijo, o rapaz que tem uma horta aqui que a gente sempre está comprando manga, acerola e verduras. A gente gosta de fomentar essa economia local e também para a gente é vantagem porque tudo é fresquinho (CC01).*

*Priorizamos a contratação e a capacitação de pessoas da comunidade local, que passam a fazer parte da nossa história e crescerem conosco, com um design desenvolvido com funcionários e artesãos locais, os pratos feitos por chefs renomados, em parceria com as cozinheiras locais, e a escolha de materiais para cadeiras e luminárias são descobertas da própria equipe. Todos os colaboradores da pousada são moradores locais, pessoas que colaboram com cada detalhe e conhecem integralmente o espaço no qual estão inseridos, por isso repassamos a cultura e filosofia locais aos hóspedes e turistas. Atuamos junto à associação Eu Amo Jeri nos processos de reciclagem e preservação, com isso realizamos mutirões para limpeza das praias da região e organizamos grupos para repintar os muros da Vila de Jericoacoara. Também convidamos artistas da região para se apresentarem na pousada, assim, nossos hóspedes podem sentir ainda mais o gostinho da terra e valorizar ainda mais esse local. Sim, boa parte dos alimentos utilizados no restaurante da pousada são provenientes de uma horta orgânica na propriedade, além de receitas à base de produtos locais, incluindo peixes pescados na região, mas outra parte é comprado em Jijoca, devido à pouca oferta na região (P04).*

Os meios de hospedagem H01, P01, R01 e FA01, desenvolvem ações de valorização da cultura local, por meio da contratação de mão de obra local, compra de alguns insumos da própria região, mas desenvolve poucas ações quanto a valorização de obras de artesões locais e o resgate dos valores da comunidade local. E os meios de hospedagem CC02 e H02 não contratam mão de obra da região, e não desenvolvem ações de valorização da cultura local. Segundo Sachs (2002) as ações de valorização da cultura local representam o equilíbrio entre respeito à tradição e inovação.

Na subcategoria Produtos Típico da Região, na fala de P04, CC01, CC02, P03, P02 e P01 são perceptíveis quanto ao uso de móveis e alimentação regionais:

*As acomodações são únicas, com decorações em materiais regionais e artesanatos para valorizar a cultura local, como o local de pendurar as toalhas é galhos de madeira, os abajures, a pia do banheiro, entre outros itens. Temos pratos feitos por chefs renomados, em parceria com as cozinheiras locais, com receitas à base de produtos locais (P04).*

*A maioria dos móveis foram feitos aqui no hostel mesmo, como as camas, os banquinhos, essas cadeiras e o restante é tudo aqui da região do Piauí mesmo. Na parte de alimentação regional utilizamos produtos da região, como queijo e horte fruta (CC01).*

*Sim, boa parte das camas dos quartos foram construídas aqui na região mesmo, assim como as redes espalhadas pelo estabelecimento, a construção mesmo do*

*restaurante foi usando palha e carnaúbas. Compramos os produtos da cozinha na região (CC02).*

*Sim, todos produzidos. Inclusive foram produzidos aqui mesmo, dentro da pousada, o próprio dono que fez junto com outras pessoas. Compramos pães, bolos, horti fruta, tudo aqui na região mesmo (P03).*

*Sim, o estilo rústico-chique do projeto da Pousada se harmoniza com a paisagem, composto por apartamentos com decoração caprichada, mobiliados individualmente que despertam o charme e elegância dos itens regionais, favorecendo o artesanato Piauiense. E o hospede também pode saborear das especialidades regionais do nosso Menu (P02).*

*Sim, o doutor é muito preocupado com o mínimo de mudança no meio ambiente, então tentamos ao máximo manter o chão de areia, com uma decoração de coisas regionais. No restaurante, de frente para a praia, são servidas as comidas bem regionais a base de frutos do mar (P01).*

O meio de hospedagem R01, na observação do pesquisador, eles procuram unificar as tecnologias com as coisas da região, e os H01, H02 e FA01 utilizam moveis trazidos de outras regiões, não valorizando assim a decoração rústica da localidade, como pode ser visto em suas falas:

*Nosso moveis e decoração vieram todos da capital (H01).*

*A decoração e os moveis do empreendimento são sofisticados, modernos, de classe e exclusivo, e tudo veio da capital Fortaleza (H02).*

*A nossa decoração é luxuosa e privilegia o conforto do hospede em todos os sentidos, por isso ela veio toda de fora (FA01).*

Quanto ao tema produtos típicos da região, os meios de hospedagem objetos do estudo demonstra a preocupação de estarem inseridos, na cultura local e em evidencia-la para dentro do seu negócio como forma de valorizar a região no qual está instalado. Foi encontrado artesanato local em diversos locais (em 90% deles). Sendo que em apenas um dos meios de hospedagem localizado em Jericoacoara, tinha uma decoração moderna e que não contemplava nada típico da região.

#### 4.3 COMPARAÇÃO DOS LOCAIS ESTUDADOS

Ao compararmos os dois locais estudados, podemos observar, pelas falas dos meios de hospedagem, que os do Piauí apresentam uma forte parceria com o SEBRAE da região, o qual desenvolve capacitações e consultoria nas mais diversas áreas, mostrando que essas empresas têm um suporte que auxilia no desenvolvimento econômico e sustentável das

empresas. Ribeiro (2017, p. 82) relata a fala dos gestores das unidades de conservação, sobre a existência de cursos, treinamentos e ações voltadas à melhoria do turismo nessas áreas naturais, na qual, na APA do Delta do Parnaíba o Sebrae foi mencionado como um formador de cursos na área, e no Parque Nacional de Jericoacoara a existência de alguns cursos ofertados pela gestão local para a comunidade e alguns cursos ofertados pelo ICMBio para seus colaboradores. O que pode confirmar a pouca comunicação desses eventos nos meios de hospedagem, uma vez não alcançar toda a comunidade local a ocorrência dos cursos e treinamentos ou a falta de interesse na participação dos meios de hospedagem.

Também podemos relatar que nos dois locais existe uma deficiência da participação dos órgãos responsáveis pelas Unidades de Conservação, com um trabalho de prevenção à degradação do meio ambiente, proporcionando palestras e reuniões, nas quais demonstrem parcerias com os meios de hospedagem, para tornar essa relação sustentável, visto que os meios de hospedagem são os principais responsáveis pelos impactos ambientais gerados para o turismo de cada local.

Alguns meios de hospedagem em Barra Grande reclamaram de deficiências de políticas públicas municipais, por exemplo, sobre a falta de água na região. Entendem que a Prefeitura deveria melhorar essas Políticas Públicas com o intuito de tornar o Turismo na região mais sustentável, para além da preocupação focada apenas no desenvolvimento econômico.

Em Jericoacoara, alguns meios de hospedagem relataram a ausência do ICMBio na preservação de alguns pontos turísticos que estão sucumbindo, como a “duna do pôr do sol”, que está cedendo, e o mangue seco, no qual foi aberta estrada em seu interior, fazendo necessário assim Estudos de Impactos Ambientais para uma melhor gestão e conservação dessas atrações turísticas.

Fica evidente que pela visão dos respondentes que existem algumas deficiências em políticas públicas que são comuns entre os dois locais pesquisados quanto a falta de água na região e preservação ambiental. Ao mesmo tempo ressalta-se que difere nos ambientes pesquisados (observação no local), ações sistemáticas de preservação ambiental, e que o gestor do meio de hospedagem apesar de terem uma retórica ambiental, (exceção de 1 meio de hospedagem na Vila de Jericoacoara e 2 na de Barra Grande), pouca prática ambiental está incorporada de forma sistêmica nos meios de hospedagem.

Outra prática divergente observada pela pesquisa foi o trato com o lixo nos locais pesquisados, enquanto na Vila de Jericoacoara se separa o lixo para reciclagem, na Barra

Grande não ocorre essa separação, mas ambos o destino final é um lixão fora das áreas de conservação, a encargo da municipalidade.

Dentre os meios de hospedagem estudados, os mais antigos se encontram em Jericoacoara, sendo eles, o P03 com 25 anos e P04 com 17 anos. Isso pode ser justificado porque o turismo da localidade começou a ser reconhecido mundialmente em 1994, em uma reportagem do *Washington Post Magazine*, como uma das 10 mais belas praias do mundo (HERCULANO, 2014). Já em Barra Grande, o P01 tem 12 anos. De acordo com Macêdo e Ramos (2013), o turismo dessa área começou a ser reconhecido nacionalmente a partir do ano 2000, com a vinda de investidores para a construção de meios de hospedagem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o maior desafio nas áreas protegidas, como as unidades de conservação objetos deste estudo é a gestão desses espaços de uso compartilhado. O objetivo geral da pesquisa foi alcançado, quando identificou nos meios de hospedagem objetos de estudo, estabelecidos na Barra Grande (PI) e Jericoacoara (CE), as práticas de sustentabilidade adotadas sob a ótica das quatro dimensões de Werbach (2010): econômica, social, ambiental e cultural. Sendo visível a conscientização que os gestores têm sobre a necessidade de implantar procedimentos de gestão ambiental, o que de certa forma contribui para as ações desenvolvidas nesses meios de hospedagem.

Com o prosseguimento do primeiro objetivo específico (verificar o perfil dos meios de hospedagem implantados dentro das unidades de conservação), podemos evidenciar que, de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem, identificaram-se cinco dos sete tipos existentes, sendo eles, Hotel, Resort, Cama e Café, Pousada e Flat/Apart. Os meios de hospedagem mais antigos registram desde uma existência de mais de 25 anos, até hotéis como um da Barra Grande inaugurado no final de 2017, o que evidencia o crescimento nesses tipos de empresas, que acolhem um maior número de hóspedes nacionais, e uma soma representativa de turistas internacionais, que vem crescendo após terem sido divulgadas as belezas de Jericoacoara e Barra Grande no exterior, de acordo com os respondentes dos meios de hospedagem e estatísticas realizadas por órgãos locais.

O segundo objetivo específico foi observar as práticas de sustentabilidade desenvolvidas nos meios de hospedagem, tendo sido possível identificar as diferenças nas práticas de gestão ambiental, sendo que o maior problema relatado foi o descarte do lixo. Apesar de todos os respondentes terem consciência da importância da preservação ambiental, e falarem com tranquilidade sobre sustentabilidade, quando se trata das práticas sustentáveis, somente dois meios de hospedagem apresentam de forma sistemática esse desenvolvimento. A maioria dos meios de hospedagem apresenta práticas de algumas ações pontuais, como desenvolver informativos de orientação ambiental, usar sensores, assim como cartões para lavagem e troca de toalhas e lençóis.

Os achados deste estudo para o terceiro objetivo específico evidenciam que, das dimensões de sustentabilidade implementadas nos meios de hospedagem, a dimensão ambiental é a que se encontra mais estruturada, na maioria deles, pois apresenta práticas de redução do consumo de energia e água e preservação do meio ambiente. Quanto à dimensão cultural, somente três meios de hospedagem desenvolvem ações efetivas na busca de

preservação e valorização da cultura local. Os demais desenvolvem ações pontuais com relação a essa dimensão. A dimensão social foi a que teve a menor quantidade de práticas implementadas dentro dos meios de hospedagem, sendo a falta de diálogo entre os atores das Unidades de Conservação, unânimes nas falas dos meios de hospedagem, já a dimensão econômica com geração de oportunidades de trabalho com contratação formal e temporária nos períodos de alta estação muito tem contribuído nessa dimensão.

Esse objetivo está ligado a resposta da questão de pesquisa e pode-se evidenciar que os meios de hospedagem de Barra Grande e Jericoacoara, têm adotado poucas práticas de sustentabilidade sob a ótica das quatro dimensões, a econômica ficou evidente a importância que os empreendimentos tem relacionados a oferta de trabalho local, o que impacta diretamente na melhora econômica dos habitantes das duas localidades. A dimensão social se apresenta como a mais frágil, a ambiental pode ser considerada a mais fortalecida pois em todos os meios de hospedagem alguma ação pontual ou sistêmica esta implantada e a dimensão cultural ainda carece de fortalecimento que estruture uma política de preservação da identidade cultural da região.

Em relação ao quarto objetivo específico foi evidenciado na fala dos respondentes a deficiência da participação dos órgãos responsáveis pelas Unidades de Conservação, tanto em Barra Grande quanto em Jericoacoara, que prescindem de ações de preservação e recuperação do meio ambiente, além de iniciativas como palestras e reuniões de educação e esclarecimento, o que aparentemente é divergente pois um estudo de Ribeiro (2017) relata que os gestores das Unidades de Conservação do Parque e da APA, afirmam que existem ações específicas de ciclo de palestras e cursos destinados as comunidades locais.

Em Barra Grande outro problema recorrente registrado pelos representantes dos meios de hospedagem é a falta de políticas públicas municipais em prol do desenvolvimento local. Já em Jericoacoara sobressai a falta do trabalho do ICMBio nas atrações turísticas que estão sucumbindo, impactadas pelo turismo, o que se sugere que seja feito novos estudos, que tratem especificamente de impactos ambientais desses locais.

Diante dos resultados obtidos nessa pesquisa, conclui-se apesar de terem sido estudado locais distintos muitas práticas ambientais desenvolvidas são similares, pode ocorrer em virtude de estarem localizadas em área de preservação ou pela cultura regional, e apesar do forte arcabouço legal ambiental, a falta de acompanhamento dos órgãos de regulação (ICMBio, Secretarias de Meio Ambiente), existe ações sendo desenvolvidas nas regiões estudadas, movidas pela obrigatoriedade de novas instalações de meios de hospedagem e pelo

interesse dos proprietários nas boas práticas ambientais que geram visibilidade e atraem turistas.

Ressalta-se que as limitações visualizadas neste trabalho, foram: (a) os resultados não podem ser generalizados, pois referem-se aos meios de hospedagem localizados especificamente em áreas de preservação ambiental; (b) a técnica de entrevista estruturada carrega um pouco de subjetividade, pois expõem o conhecimento e entendimento que o respondente possui sobre o assunto, e que na observação estruturada entra em choque com o relatado pelo respondente, pois em algumas entrevistas houve deficiência na comunicação interna, pois relatou-se que não era desenvolvido certa prática e na observação verificou-se que a empresa fazia, isso ocorre no P03 e pode ser explicado porque o entrevistado era recepcionista, e não tinha todas as informações do meio de hospedagem.

Por fim, percebe-se que outras pesquisas realizadas em outras unidades de conservação poderiam aprofundar os achados desse estudo, com questões de sustentabilidade ambiental de empresas em unidades de conservação, como também o aumento do número de meios de hospedagem entrevistados para uma maior generalização dos resultados obtidos.



## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15401:2014**: Meios de hospedagem - Sistema de gestão da sustentabilidade. 2 ed. Rio de Janeiro, 2014. 30p.

ADAM, R. S. **Princípios do Ecoedifício**: Interação entre ecologia, consciência e edifício. São Paulo: Aquariana, 2001. 160p.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 101p.

AMAZONAS, I. T. **Gestão ambiental na hotelaria**: tecnologias e práticas sustentáveis aplicadas nos hotéis de João Pessoa-PB. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ARAÚJO, H. Rota das Emoções celebra conquistas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 12 fev. 2018. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplementos/tur/rota-das-emocoes-celebra-conquistas-1.1476270>>. Acesso em: 12 fevereiro 2018.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004. 328p.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 14, p. 110-114. 2005.

BARCELLOS, C. Who will sustain such development? **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 1972-1982. 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BELLEN, H. M. V. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 67-87, 2004.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 253p.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176p.

BOYD, H. W.; WESTFALL, R. **Pesquisa mercadológica**: texto e casos. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Pólos de ecoturismo**: planejamento e gestão. Coordenação de Wendel de Magalhães. São Paulo: TERRAGRAPH, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. Brasília: 2007. 126p.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo mundial mais um ano de crescimento**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7432-turismo-mundial-mais-um-ano-de-crescimento-2.html>>. Acesso em: 12 maio 2017.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do PN de Jericoacoara**. Brasília: 2011. 94p.

BRASIL. **Turismo e a Dimensão Ambiental: Estudos da competitividade do Turismo Brasileiro**. Brasília: 2006. 187p.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. cap. 2, p. 29-37.

CARRENHO, C. R.; FIGUEIREDO, R. S.; SABINO, J. Percepção de atores sociais quanto ao uso de tecnologias alternativas e mitigadoras de impacto ambiental por empreendimentos hoteleiros em Bonito, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 244-274, 2012.

CASADO, M. **Introdução à construção sustentável**. Recife: UNIP, 2010.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

CENTENO, C. R. **Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem**. 2004. 97f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo com ênfase em Hotelaria) – Centro Universitário Metodista. Porto Alegre, 2004.

COOPER, C. **Turismo: princípios e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 559p.

CORRÊA, R. **Níveis Taxonômicos de Gestão Ambiental: um estudo de caso dos equipamentos hoteleiros estabelecidos na APA Delta do Parnaíba**. 2009. 107f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Fortaleza. Fortaleza. 2009.

COSTA, S. S. **Lixo mínimo: uma proposta ecológica para hotelaria**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

DIAS, R. **Gestão ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 220p.

DIAS, R.; ZAVAGLIA, T.; CASSAR, T. **Introdução a administração**. Da competitividade a sustentabilidade. Campinas, SP: Alínea. 2003. 253p.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books. 2012.

ERDOGAN, N.; BARIS, E. Environmental protection programs and conservation practices of hotels in Ankara, Turkey. **Tourism Management**, v. 28, n. 2, p. 604-614, 2007.

ESCOBAR, H. Turismo sustentável ganha conselho brasileiro. **Estadão**, Fortaleza, 10 fev. 2018. Disponível em: <<http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,turismo-sustentavel-ganha-conselho-brasileiro,20020627p59231>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

FEIJÓ, F. **Curso de hotelaria**. 2002. Disponível em: <[http://www.fernandofeijo.com/mkt\\_hotelaria.pdf](http://www.fernandofeijo.com/mkt_hotelaria.pdf)>. Acesso em: 12 janeiro 2016.

FELIX, V. S.; SANTOS, J. S. D. Proposta de uma metodologia de avaliação de desempenho ambiental para o setor hoteleiro. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**, v. 7, n. 4, p. 33-53, 2013.

FERREIRA, J. L. **A variável ambiental como componente na classificação da qualidade dos serviços – hotelaria**. 1999. 150f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 1999.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009. 405p.

FREIRE, S. M. S.; BARROS NETO, J. P.; SANTOS, S. M. Estratégias de marketing como ferramenta de gestão estratégica na pequena hotelaria: estudo de caso em hotéis de fortaleza/CE. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 6, n. 1, 2005.

GANDARA, J. M. G. **Hoteles sostenibles para destinos sostenibles – localidad hotelera como instrumento para a la sostenibilidad**. Disponível em: <<http://www.esade.edu/cedit2003/pdfs/gandarajm.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2016.

GOLDSTEIN, K. A.; PRIMIANI, R.V. **Current trends and opportunities in hotel sustainability**. Disponível em: <<https://www.hvs.com/content/3218.pdf>>. Acesso em: 15 junho 2017.

GREEN HOTELS ASSOCIATION. **Why should hotel be green?** Disponível em: <[www.greenhotels.com/index.php/](http://www.greenhotels.com/index.php/)>. Acesso em: 18 jun. 2016.

GUARYASSU, S. M. S. **Gerenciamento de Áreas de Proteção Ambiental no Brasil**. Curitiba: Fundação Boticário, 2003.

GUIMARÃES, R. P. **Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas**: a geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HERCULANO, D. Jornal americano elege Jericoacoara como a 4ª melhor praia da Terra. **Tribuna do Ceará**. Fortaleza, 01 fev. 2018. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/diversao/turismo/jornal-americano-elege-gericoacoara-como-4a-melhor-praia-da-terra/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. **Carta Imagem**. Fortaleza, 15 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria mapas/foto.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE. **APA do Delta do Parnaíba**. Fortaleza, 12 jun. 2017. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ICMBIO. **Parque Nacional de Jericoacoara**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/>. Acesso em: 12 maio 2017

IRVING, M. A. O Ecoturismo no Brasil: retrospectiva e tendências. **Boletim de Turismo e Administração**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 43-56, 2001.

JERONIMO, C. E. de M. Ferramenta de avaliação da gestão ambiental para o segmento hoteleiro. **Connexio**, v. 2, n. 2, p. 65-83, 2013.

PERES JUNIOR, M. R.; REZENDE, D. C. Gestão da sustentabilidade no segmento hoteleiro: estudo dos meios de hospedagem de Monte Verde, MG. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 11, n. 2, 2011.

KASSINIS, G. I.; SOTERIOU, A. C. Greening the service profit chain: the impact of environmental management practices. **Production and Operations Management**, v. 12, n. 3, p. 386-403, 2003.

KUSHWAHA, G. S.; SHARMA, N. K. Green initiatives: a step towards sustainable development and firm's performance in the automobile industry. **Journal of Cleaner Production**, v. 121, p. 116-129, 2016.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 344p.

LOPES, E. R. N.; SANTOS, A. M. Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo. **Nature and Conservation**, v. 7, n. 1, p. 48-60, 2015.

LORA, E. **Prevenção e controle da poluição no setor energético industrial e transporte**. Brasília: ANEEL, 2000.

LUNKES, R. J., ROSA, F. S. **Gestão Hoteleira**: Custos, Sistemas de Informação, Planejamento Estratégico, Orçamento e Gestão Ambiental. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

MACÊDO, E. M.; RAMOS, R. G. O desenvolvimento do turismo em Barra Grande, Piauí (Brasil) e seu significado para a comunidade local. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 2, n. 2, p. 89-107. 2013.

MACHADO JUNIOR, C.; SOUZA, M. T. S.; PARISOTTO, I. R. S.; BARBIERI, J. C. A incorporação da gestão ambiental na estrutura organizacional. **FACE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 140-154, 2012.

MARANGON, M., PRESZNHUK, R., SORDI, R. F., PERALTA AGUDELO, L. P. Indicadores de sustentabilidade como instrumento para avaliação de comunidades em crise: aplicação à comunidade de Serra Negra. **Revista Educação & Tecnologia**, n. 8, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAR SEM FIM. **Resex Delta do Parnaíba, onde não faltam problemas**. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/resex-delta-do-parnaiba/>. Acesso em: 03 agosto 2017.

MATIELLO, E. Z. **Responsabilidade social e ambiental**: um investimento empresarial. Disponível em: [http://www.mtcassessoria.com.br/artigo\\_responsabilidade\\_social\\_ambiental.htm](http://www.mtcassessoria.com.br/artigo_responsabilidade_social_ambiental.htm)>. Acesso em 12 maio 2017.

MATTOS, F. F.; IRVING, M. A. Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, p. 23-35, 2003.

MENDES, J. M. G. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, p. 49-60, 2009.

MENEGUZZO, I. S.; CHAICOUSKI, A.; MENEGUZZO, P. M. Desenvolvimento sustentável: desafios à sua implementação e a possibilidade de minimização dos problemas socioambientais. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Porto Alegre, v. 22, p. 509-520, jan./jul. 2009.

MENSAH, I. Environmental management practices among hotels in the greater Accra region. **International Journal of Hospitality Management**, v. 25, n. 3, p. 414-431, 2006.

MEYER, M. M. **Gestão ambiental no setor mineral**: um estudo de caso. 2000. 175f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MINAYO, M. C. S. *et. al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE**, v. 10, n. 3, p. 546-568, 2012.

MORAES, A. G. Avaliação da gestão ambiental dos hotéis de selva na Amazônia, Brasil. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Espanha, v. 6, n. 3, p. 541-554, 2008.

NAIME, R.; MELLO, R.; HUPFFER, H. M. Avaliação sobre o uso de práticas de sustentabilidade na hotelaria—estudo de caso em hotéis de uma cidade do litoral norte do RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 8, n. 8, p. 1689-1699, 2012.

NOVAES, M. **O fluxo turístico argentino em Balneário Camboriú (SC)**. Um estudo de 1988 a 1997. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 1997. 120p.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Core set of indicators for environmental performance reviews**: a synthesis report by the group on the environment. Paris: OECD, 1993.

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na sociedade**: sustentabilidade e responsabilidade social. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA FILHO, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas. **Teoria política e sociedade**. Salvador, v.1, p. 92-113, 2004.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2003.

PERTSCHI, I. K. Gestão Ambiental na Hotelaria: um estudo da aplicação de indicadores Ambientais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4, 2006, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: SeminTUR, 2006.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; RUSCHMANN, D. M. Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. In: **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. 2009.

PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et al. (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

RIBEIRO, R. T. **Hospitalidade e competitividade em unidades de conservação: estudo de casos múltiplos na Rota das Emoções**. 2017. 320f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2017.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI**: Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALGADO, C. C. R.; COLOMBO, C. R. Sistema de Gestão Ambiental no *Verde green* Hotel – João Pessoa/PB: um estudo de caso sob a perspectiva da *resource-based view*. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n.5, p. 195-225, 2015.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2012.

SANTOS, C. B. N.; SOUZA, M. T. S.; BARBOSA, R. J. Gestão ambiental em empreendimentos hoteleiros: análise de práticas e de resultados em um estudo de casos múltiplos. São Paulo: **UNINOVE**, [s/v], 2005.

SANTOS JÚNIOR, O. D.; PIRES, P. S. Turismo em Unidades de Conservação: adaptação do método visitor activity management process (VAMP) para a caracterização do uso público e o manejo de visitantes no parque Estadual da Ilha do Mel (PR). **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 59-79. 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Critérios de Classificação de Empresas: MEI - ME - EPP**. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>. Acesso em 06 jan. 2018.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: instrumentos esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVEIRA, M. A. T. **Planejamento Territorial e Dinâmica Local: bases para o Turismo Sustentável**. In: Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1997.

SHANTI, J. A study on environmental sustainability practices of star hotels in Bangalore. **Asian Journal of Business Ethics**, v. 5, n. 1-2, p. 185-194, 2016.

SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOARES, M. Impactos do turismo: os efeitos do ecoturismo em unidades de conservação. **Revista de Turismo**, v. 2, n. 2, 2007.

SOUZA, V. S.; MELO, A. S.; SOBRAL, M. F. F. A model for the analysis of the efficiency of farm hotels based on sustainability. **Business and Management Review**, v. 4, n. 4, p. 01 – 17, 2015.

SOUZA, V. S.; SOBRAL, M. F. F.; MELO, A. S. Práticas socioambientais em hotéis-fazenda do agreste pernambucano sob a perspectiva do cliente. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 104, 2015.

SOUZA, R. L.; SANTOS, E. O.; BAPTISTA, M. L. C.; CÉSAR, P. A. B. Percepção dos hóspedes do Refúgio Ecológico Pedra Afiada (SC): experiência e práticas ambientais. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 174-190, 2016.

SOUZA, R. S. Evolução e Condicionantes da Gestão Ambiental nas Empresas. **Revista de Administração (REAd)**. Edição Especial 30. v.8, n.6, 2002.

SPANGENBERG, J.; BONNIOT, O. Sustainable indicators: a compass on the road towards sustainability. **Wuppertal**, n. 81. 1998.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B.; CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. 232 p.

THONGKAO, A. **How green is your hotel?** an examination of environmentally friendly practices of the Phuket hotel industry. 2002.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE, C. E. do. **Qualidade ambiental: ISO 14.000**. São Paulo: Senac, 2002.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, E.V. **Desperdício em hotelaria: soluções para evitar**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2004.

WERBACH, A. **Estratégia para sustentabilidade: uma nova forma de planejar sua estratégia empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Sustainable Development of Ecotourism – a compilation of good practices**. Madrid: WTO. 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

\_\_\_\_\_. Enhancing the quality of case studies in health services research. **Health Service Research**, v. 34, n. 5, p. 1209-1224, Dec. 1999.



**APÊNDICES**

## APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

#### **INFORMAÇÕES GERAIS**

**IG 1: Localização**

Piauí  Ceará

**IG 2: Porte do meio de hospedagem**

Até 50 leitos  De 51 a 100 leitos  Acima de 100 leitos

**IG 3: Idade do Respondente**

abaixo de 24 anos  entre 25 e 35 anos  entre 36 a 46 anos  acima de 47 anos

**IG 4: Função na empresa**

Proprietário  Gerente  Diretor  Outra função

**IG 5: Formação do respondente**

Pós-graduado  Graduado  Ensino Médio  Outro

**IG 6: Tempo de existência da empresa**

menos de 2 anos  entre 3 a 5 anos  entre 6 a 9 anos  acima de 10 anos

**IG 7: Quantas pessoas tem emprego direto na empresa**

menos de 10  entre 11 e 20  entre 21 e 30  acima de 30

**IG 8: Público que mais frequenta o meio de hospedagem**

turistas nacionais  turistas internacionais  eventos  profissionais liberais  outros

#### **DIMENSÃO ECONÔMICA**

**DE 1:** A empresa planejou sua construção e crescimento?

**DE 2:** A atividade econômica cresce com aumento do turismo?

**DE 3:** A sazonalidade prejudica a oferta de trabalho?

**DE 4:** Os funcionários são contratados com formalidade?

**DE 5:** Atende a legislação ambiental (multas, penalidades)?

**DE 6:** Premiação por gestão econômica ou ambiental?

### **DIMENSÃO SOCIAL**

**DS 1:**A empresa tem implantada a CIPA?

**DS 2:**A empresa oferece qualificação profissional aos colaboradores?

**DS 3:** Quais os benefícios que a empresa oferece aos colaboradores?

**DS 4:** A empresa tem implantado política de educação ambiental (palestras, cursos)?

**DS 5:** A estrutura física oferece condições de higiene, segurança e conforto aos colaboradores?

**DS 6:** A superpopulação em determinado período do ano, leva a empresa a contratação de temporários?

**DS 7:** A chegada dos meios de hospedagem levou a um aumento de consumo de drogas lícitas ou ilícitas pela comunidade?

**DS 8:** Existe abertura e diálogo entre os meios de hospedagem e os atores da UC?

### **DIMENSÃO AMBIENTAL**

**DA 1:**A empresa trabalhou ou trabalha com o desenvolvimento de práticas de recuperação ambiental?

**DA 2:**A empresa tem implantado Sistema de Gestão Ambiental, ou algo similar?

**DA 3:**A empresa possui programa ou tem metas de redução de consumo de energia e de água?

**DA 4:**A empresa desenvolve mecanismos de reutilização de água?

**DA 5:** A empresa dispõe de informativos de orientação de consumo, para clientes interno e externos?

**DA 6:** A empresa adota coleta seletiva do lixo?

**DA 7:**A empresa tem implantado práticas de baixo consumo?

**DA 8:**O projeto arquitetônico previu uso do ambiente natural?

**DC 9:** A empresa adquire e consome produtos ecologicamente corretos (biodegradáveis e certificados)?

### **DIMENSÃO CULTURAL**

**DC 1:**A empresa contrata pessoas do entorno para trabalhar?

**DC 2:**A empresa usa moveis regionais?

**DC 3:**A vegetação do entorno foi preservada?

**DC 4:**Os costumes ou tradição foram afetados pela chegada do meio de hospedagem?

**DC 5:**Está implementado pelo hotel ações de valorização da cultura local?

**DC 6:**Quanto a contratação de mão-de-obra, os nativos fornecem insumos ou serviços?

### **QUESTÃO LIVRE**

Gostaria de comentar alguma temática ou assunto que julga necessário?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA  
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

## TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, sendo conhecedor(a) do tema e metodologia utilizados pela aluna do Curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE), consinto em participar da pesquisa conduzida pela mesma.

Entendo que toda e qualquer informação prestada por mim no decorrer da(s) entrevista(s) pode ser utilizada na escritura de relatórios referentes à pesquisa. Entendo também que as entrevistas podem ser gravadas. É acertado entre mim, signatário(a) deste termo, e a aluna Marianne Corrêa dos Santos, que todas as possibilidades de identificação enquanto entrevistado devem ser impedidas.

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

## TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente termo, a signatária, MARIANNE CORRÊA DOS SANTOS aluna do curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em fase de pesquisa de campo, se compromete a manter as suas fontes de informação em total anonimato. Neste sentido, não fará a identificação do entrevistado na redação final dos relatórios.

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

MARIANNE CORRÊA DOS SANTOS  
Mestranda UECE